



IX **CONFERÊNCIA NACIONAL** *de Jovens*

Caderno de Debates

3-4 NOVEMBRO 23 • Sede Nacional do Bloco de Esquerda • R. da Palma, 268 • Lisboa

ÍNDICE

Regulamento da IX Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda	04
MOÇÃO A: Insubmissas, combativas e militantes: a organização de Jovens do Bloco	08
Lista A	22
Textos de Contributo	23
Contactos	71

REGULAMENTO DA IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

1. CONVOCAÇÃO

1.1. O processo preparatório da IX Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda inicia-se com a sua convocação, pela Mesa Nacional, a 18 de junho de 2023.

1.2. A IX Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é convocada para os dias 3 e 4 de novembro de 2023.

1.3. A abertura do processo da Conferência Nacional é assinalada pela comunicação, por e-mail (cocjovens@bloco.org), a todos/as os/as aderentes, dos prazos e procedimentos de debate e votação, bem como da sessão final da Conferência Nacional e pela publicação no site do Bloco (bloco.org).

2. PARTICIPANTES

2.1. São participantes da IX Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda todos/as os/as aderentes do Bloco, até aos 26 anos inclusive, que tenham a sua quota relativa ao ano de 2023 regularizada até à Conferência e que estejam inscritos no Bloco de Esquerda há pelo menos seis meses aquando da convocação da mesma.

2.2. Só poderá participar da IX Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda quem tenha previamente efetuado a inscrição. As inscrições fecharão 10 dias antes da Conferência. O formulário de inscrição será enviado a todo o universo da Conferência. Convidados/as devem ter-se inscrito previamente e sido aceites pela COC.

3. COMISSÃO ORGANIZADORA

3.1. A Comissão Organizadora da Conferência (COC) Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda será composta por Tomás Marques, Beatriz Pedroso, João Carvalho e Duarte Santos.

3.2. A partir da entrega de listas concorrentes à IX Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, cada uma designará um/a representante para a COC. Será criado um endereço eletrónico da COC para o qual devem ser enviadas as mesmas.

3.3. Compete à COC a responsabilidade do processo preparatório da IX Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras: a logística, informação e finanças da Conferência; o cumprimento, a nível nacional, das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios, através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias e a sistematização da informação sobre os debates preparatórios.

4. MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA E LISTAS CANDIDATAS À COORDENADORA NACIONAL DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

4.1. Só são admitidas moções de orientação política que sustentem lista candidata à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, que tenham um limite máximo de 25.000 caracteres (incluindo espaços) e sejam subscritas por um mínimo de 3% (32 aderentes) do universo de aderentes até aos 26 anos (inclusive) do Bloco de Esquerda.

4.2. Só são admitidas listas candidatas à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda compostas por um máximo de 14 efetivos/as e um mínimo de 2 efetivos/as, que cumpram o critério da paridade de 50% e que sejam sustentadas por moções de orientação política.

4.3 As listas à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda admitem suplentes.

4.4. O prazo de entrega de moções e listas termina às 24h do dia 11 de outubro, em suporte eletrónico, através do endereço da COC.

4.5. As moções serão publicadas no site do Bloco (bloco.org) e enviadas por e-mail (cocjovens@bloco.org) a todos/as os/as aderentes até aos 26 anos inclusive no dia 15 de outubro.

5. TEXTOS DE CONTRIBUTO

5.1. Os textos de contributo podem ser subscritos por um ou mais aderentes até aos 26 anos inclusive.

5.2. O prazo de entrega dos textos de contributo é dia 18 de outubro, estes serão distribuídos em boletim deBatEs via e-mail a todos os aderentes até ao dia 23 de outubro.

6. DEBATES PREPARATÓRIOS

6.1. A COC organizará um roteiro de debates entre as moções concorrentes.

7. IX CONFERÊNCIA NACIONAL

7.1. A IX Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda realiza-se a 3 e 4 de novembro de 2023 em Lisboa.

7.2. A IX Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é aberta a todos/as os/as participantes nos termos do artigo 2º.

7.3. A IX Conferência Nacional tem a seguinte ordem de trabalhos:

DIA 3 DE NOVEMBRO:

20h: Abertura da credenciação

21h: Debate a definir pela COC

DIA 4 DE NOVEMBRO:

10h: Sessão de abertura da IX Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

10:10h: Eleição da Mesa da Conferência

10:30h: Início do debate de moções e abertura das urnas

13h - 14h: Almoço

14h30h - 18h30: Debate entre moções

18h30: Fecho das urnas

19h: Sessão de Encerramento da IX Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda e eleição da nova Coordenadora de Jovens do Bloco de Esquerda

8. CASOS OMISSOS

8.1. Todos os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora da Conferência (COC).

Calendário simplificado:

11 de outubro: Data limite de entrega de moções e listas

18 de outubro: Data limite de entrega de textos de contributo

25 a 31 de outubro: Debates preparatórios entre as listas

3 3 4 de novembro: IX Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

MOÇÃO A

Insubmissas, combativas e militantes: a organização de Jovens do Bloco

1. Introdução

Enquanto jovens, sabemos bem que as múltiplas crises que enfrentamos, seja económica, social ou climática, continuam a agudizar-se, com efeitos devastadores para as nossas vidas. A precariedade continua como regra: hoje, somos obrigadas, não a procurar um emprego com condições de trabalho, mas sim um emprego, independentemente do que nos é oferecido. Ao mesmo tempo, por todo o país, sentimos as consequências da especulação imobiliária, que coloca os interesses do capital acima do direito à habitação. Famílias e estudantes gastam a maior parte dos seus rendimentos na habitação: a somar a outras despesas, o custo de um quarto pode chegar a 400€ por mês. Enquanto isso, a saída de casa dos pais vai-se adiando e a ideia de se comprar casa torna-se uma realidade cada vez mais distante, praticamente uma miragem impossível de imaginar. Também vemos com enorme preocupação os efeitos das alterações climáticas, cada vez mais próximos de se tornar irreversíveis. Vemos os impactos do aquecimento global e da crise climática por todo o mundo, sabendo que as consequências serão catastróficas. Reivindicamos o direito ao nosso futuro, lutando por uma transição energética que garanta uma vida digna para todas as pessoas, no nosso país e no nosso planeta.

Somos as jovens que saem à rua porque não aceitam a discriminação nem a exclusão: lutamos pelo direito a ser quem somos e a existir como somos. Estamos na luta Feminista, contra a violência de género, por salários iguais para trabalhos iguais, contra o assédio e a violência sexual, o acesso à saúde sexual e reprodutiva, pelo direito aos cuidados e pelo direito aos nossos corpos. Não toleramos preconceitos LGBTQIfóbicos nas nossas ruas, escolas, locais de trabalho, Instituições de Ensino Superior. Estamos na luta LGBTQI+, combatendo

toda e qualquer forma de opressão. Estamos na linha da frente da luta contra o racismo e a xenofobia, pela descolonização dos currículos e da própria sociedade, por um país onde a exclusão social deixe de ser a norma para as pessoas racializadas.

Como jovens socialistas, anticapitalistas, antirracistas, feministas e LGBTQI+ sabemos de onde vimos e para onde vamos: estamos aqui para fazer a luta toda. Estamos do lado de quem vive do seu trabalho, daquelas que são discriminadas e oprimidas por um sistema que apenas serve o capital e não as pessoas. Apresentamo-nos a esta Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda com força e energia, com um programa político que tenha como foco organizar e dinamizar as jovens de todo o país, contribuindo para a construção do Bloco de Esquerda e, acima de tudo, para pensar e construir uma sociedade mais justa e igual.

No palco internacional, vivemos numa época em que os conflitos entre nações continuam a intensificar-se. Da Ucrânia à Palestina, assistimos a guerras sem fim, com o financiamento de interesses obscuros. Enquanto isso, os povos sofrem às mãos dos senhores da guerra, tanto com vestes governamentais, como empresariais.

Enquanto socialistas, afirmamo-nos frontalmente contra todas as formas de imperialismo, sejam eles americanos ou russos, e qualquer hegemonia global. Defendemos o direito à autodeterminação dos povos, que lutam pela sua sobrevivência. Acreditamos que a chave para a paz prende-se com internacionalismo e solidariedade, em que no cerne estejam os interesses das populações e não das elites burguesas que comandam os rumos dos governos. Lutamos pela paz, combatendo as políticas de armamento que caracterizam a situação geopolítica internacional. Além disso, vemos com preocupação a radicalização da direita por todo o mundo. Desiludidas com as respostas austeras por parte dos Governos, quem trabalha sente-se tentado a seguir a narrativa da extrema-direita. Sabemos que nos cabe a nós, à esquerda transformadora, dar respostas aos seus problemas e necessidades.

2. Organização de Jovens do Bloco de Esquerda

A organização de Jovens do Bloco de Esquerda assume-se como um grupo setorial dentro do partido, integrado em todas as suas lutas e na sua vida democrática. Rejeitamos a ideia de juventudes partidárias e o acantonamento de jovens. Somos, como qualquer aderente do partido, capazes de discutir qualquer assunto, não nos limitando a um pequeno conjunto de temas. Estamos no Bloco, com os mesmos direitos e deveres que qualquer camarada.

Estamos organizadas, quer a nível distrital, quer a nível nacional, sendo que aderentes até aos 26 anos (inclusive) podem escolher participar nas reuniões e atividades das Jovens do Bloco. A Coordenadora Nacional de Jovens tem um papel de coordenação nacional, dialogando com os grupos de jovens de todo o país e servindo como plataforma de apoio e multiplicação de eventos por todo o território. Participamos ativamente nos movimentos sociais, estando presentes nas mais diferentes lutas, fomentando a plena integração de jovens no Bloco de Esquerda.

Como socialistas, sabemos que a organização é uma ferramenta fundamental para alcançar a transformação social e política pela qual lutamos. A coesão é fulcral para ampliar a capacidade de disputa no campo social e para combater a hegemonia dos interesses financeiros, que tanto anseiam a fragmentação da esquerda. Queremos reforçar a organização das Jovens do Bloco, de forma a chegar a cada vez mais pessoas e ter a capacidade de integrar as e os recentes aderentes que se querem juntar à luta. Propomo-nos a fortalecer a nossa organização, melhorar a dinamização e descentralização de atividades e intensificar a nossa intervenção.

O recrutamento é fulcral para a manutenção da estrutura dos e das Jovens do Bloco, tal como para a sua expansão e maior capacidade de disputa nas ruas. É necessário definir um plano comunicacional que transmita regularmente as atividades dinamizadas e os modos como as pessoas interessadas se podem envolver nos processos organizativos. Temos que continuar a articular as nossas páginas nas redes sociais, em constante adaptação às novas formas de

comunicação, de forma a instrumentalizá-las para a luta política.

A capacidade de atrair mais jovens para a estrutura partidária deve sempre envolver um universo bloquista que esteja disposto e preparado para as receber. Para tal, os elementos da Coordenadora Nacional de Jovens devem assumir uma função de articulação com as estruturas locais do Bloco por todo o país, de forma a direcionar jovens para atividades nas suas localidades e regiões. É também necessário dar a conhecer camaradas que estejam nos mesmos espaços que militantes que acabam de chegar, sejam escolas, Instituições de Ensino Superior ou locais de trabalho. As formas de envolvimento nos Jovens do Bloco têm que ser explícitas, devendo estimular a criação de novas formas de participação e colaboração de aderentes.

3. Organização do movimento estudantil e associativismo

Os movimentos estudantis fazem parte da resistência e da construção de um ensino mais livre, igual e democrático. A habitação é hoje o principal obstáculo ao ingresso no ensino superior e à sua conclusão por parte dos estudantes, a CNJ assume como prioridade a luta pelo direito à habitação e à educação, estando ao lado da comunidade contra essa barreira que se avoluma em torno destes direitos. Procurando contribuir para a construção de uma comunidade bem organizada, capaz de proteger os seus direitos e a lutar pela conquista de outros.

A organização das jovens do Bloco junto da comunidade estudantil em torno das causas como o fim da propina, mais camas nas residências, mais ação social e contra o modelo fundacional é central para reavivar o movimento estudantil. A intensificação da presença do Bloco nos estabelecimentos de ensino e dos seus aderentes nos movimentos reivindicativos e nos órgãos representativos é fulcral para que sejam as estudantes a condicionar a discussão e tomadas de decisão. Criar e promover movimentos é uma prioridade partilhada, que pretendemos fomentar e apoiar tanto quanto possível.

A Coordenadora de Jovens, ao reconhecer esta prioridade, deve desenvolver um trabalho de ligação aos núcleos e organizações de escolas e faculdades e aos jovens militantes. Posteriormente, as organizações concelhias e distritais, que devem auxiliar os núcleos e movimentos a desenvolver as suas candidaturas aos órgãos representativos das suas respetivas escolas, faculdades e universidades – a formação de lista deve unir as militantes em torno da construção de uma agenda programática.

Propomos a criação de um grupo de apoio que garanta o auxílio à criação de listas aos órgãos representativos e criação e participação em movimentos por parte da CNJ aos militantes. Esse grupo deve produzir com documentos e materiais direcionados às jovens, que expliquem as funções de cada um dos órgãos e permitam esclarecer dúvidas, para que estes se possam organizar nos vários estabelecimentos de ensino e para que se promova uma participação mais alargada da esquerda em espaços estudantis.

Este ano houve mais dez mil candidatos às bolsas de ação social que no ano anterior. O preço da habitação estudantil subiu, em média, 10%. Ainda assim nada impediu a maioria absoluta de anunciar o “fim da propina”, medida que faz jus à expressão, continuaremos a pagar para estudar - isto apenas revelou a verdadeira função da propina: servir de barreira socioeconómica à frequência do Ensino Superior. Continuaremos a luta contra a propina e a reivindicação de mais ação social direta e indireta. Pelo fim da transferência da obrigação de financiamento do Estado para quem estuda e respetivas famílias. Esta suposta partilha que nos foi introduzida com a retórica de melhoria das condições das instituições é, na verdade, um mecanismo que exclui e que nem sequer cumpre as suas promessas. Continuamos a assistir à diminuição da ação social indireta, com o aumento do preço do prato social, por exemplo. E a insuficiência ação social direta existente, assim como a habitação estudantil.

No Ensino Secundário as lutas pela revisão do sistema de avaliação e discussão sobre a finalidade dos exames nacionais, a revisão do sistema de ingresso no Ensino Superior, valorizando a aprendizagem são também nossas. Bem como a valorização do Ensino Profissional, e o combate aos seus horários abusivos. A

CNJ compromete-se a apoiar a luta destes estudantes estabelecendo a ligação dos jovens à mesma, tendo como fim o aumento da participação dos alunos nas decisões e uma maior gestão democrática nas escolas.

As e os estudantes, enquanto comunidade, desempenham um papel crucial no combate à ascensão da extrema direita, ao sexismo e assédio, à homofobia e transfobia, ao racismo bem como a todo e qualquer tipo de discriminação e opressão nas nossas instituições e sociedade em geral. Devemos e temos o direito de estudar e integrar espaços livres de qualquer tipo de opressão e preconceito. Estes espaços de aprendizagem devem ser espaços de debate democrático, em que predomine a liberdade, democracia, igualdade e interseccionalidade. O movimento estudantil que verdadeiramente represente os estudantes deve ser amplo, participativo e democrático. Deve combater os discursos conservadores nas escolas e universidades, deve lutar pela criação de espaços com direitos iguais para todas as pessoas, independentemente da sua classe, do seu género, etnia e orientação sexual.

4. Habitação

O aumento das rendas e dos juros do crédito da habitação, com um mercado imobiliário selvagem, assim como a diminuição da oferta habitacional, atiraram o país para uma crise na Habitação sem precedentes. A maioria absoluta do Partido Socialista em nada contribui para a resolução desta situação, preferindo salvaguardar os interesses dos senhorios e de quem lucra com a crise, em prejuízo das famílias que abandonam as suas casas porque não têm como suportar as despesas.

Nós, jovens com empregos precários, sem estabilidade ou perspetiva de progressão futura, com rendimentos que não chegam, em muitos casos, para sequer suportar despesas básicas como luz, água ou alimentação, enfrentamos uma subida dos custos da habitação e somos obrigados a adiar a nossa vida. E esta crise não é nova, muito pelo contrário - é consequência do sistema neoliberal que governa o país

Enquanto Jovens do Bloco, exigimos camas onde dormir, tetos sob os quais possamos viver e condições dignas para estudar e o direito à cidade e aos seus serviços. Sabemos que a especulação imobiliária é um assalto e estamos na linha da frente do seu combate, reivindicando o direito à habitação e a um espaço condigno.

5. Movimento Social e as Jovens do Bloco

A luta é também feita nas ruas. Exemplo disso são as manifestações do 1 de abril e do 30 de setembro pela habitação, que levaram milhares de pessoas à rua, por todo o país.

Enquanto aderentes do Bloco de Esquerda, não perdemos o foco da importância que tem a organização militante na luta social e na formação de fortes redes ativistas. A organização de Jovens do Bloco tem que ser um grupo mobilizado em todas as lutas, de forma a apoiar os movimentos sociais, construindo pontes e conseguindo que mais jovens saiam às ruas.

São várias as causas que motivam as Jovens do Bloco na sua ação política:

Luta Climática

A luta climática é hoje a luta pela nossa sobrevivência - é a luta das nossas vidas. Determinante para o futuro da nossa sociedade, o combate à crise climática é uma prioridade. Perante o falhanço das respostas governamentais a esta situação, vendo, por todo o mundo, comunidades afetadas e destruídas pelos efeitos das alterações climáticas, sabemos bem o quão necessário e urgente é lutar por uma transição climática, rápida e justa para as pessoas, que valorize os serviços públicos.

Luta Feminista

O poder patriarcal procura continuar a silenciar-nos e a invisibilizar-nos nas várias esferas da nossa vida tanto individual como coletiva: nas ciências, na cultura, no desporto, na política, entre tantas outras vertentes da vida. Continuamos a estar

nas ruas pela defesa dos nossos direitos. Lutamos por vidas mais justas para todas, pelo fim da precariedade a que somos submetidas, pela autodeterminação, pelo direito aos cuidados, do direito sobre os nossos corpos, no acesso à saúde sexual e reprodutiva.

A nossa luta é também o combate em toda a linha à violência machista, que insulta, agride, violenta e mata mulheres todos os dias. Somos as que saem à rua e lutam, não esquecendo, nunca, as mulheres que já cá não estão e as que sofrem às mãos da violência machista

Luta LGBTQI+

Enquanto jovens, é cada vez mais importante a participação nas marchas nas diversas localidades do país e movimento LGBTQI+, combatendo a discriminação e a lógica neoliberal e mercantilista que se tenta apropriar destes espaços. Esta luta faz-se com a construção coletiva de um movimento anticapitalista e emancipatório, que represente e inclua todas as pessoas a falar de: saúde, educação inclusiva, habitação, no combate à precariedade. Com o 1º Fórum LGBTQI+, realizado e pensado por ativistas do Bloco, aprofundamos o debate crítico e tomamos decisões em coletivo que contribuem para a construção do movimento. Assumimos continuidade nesse trabalho lutando pela inclusão, não apenas na lei, mas também na sociedade

Luta Antirracista

Enquanto jovens socialistas e anticapitalistas, lutamos contra todos os tipos de discriminação e opressão. Recusamos o uso das nossas instituições por parte da extrema direita para perpetuar uma política de ódio. Recusamos uma União Europeia que deixa à margem jovens imigrantes. Lutamos por uma descolonização efetiva da sociedade, por um ensino verdadeiramente antirracista, por uma justiça responsável e por uma vida digna para as pessoas ciganas, negras e imigrantes.

Luta Sindical

Fazemos parte de uma geração em que a precariedade é inerente à nossa

existência. Temos que nos envolver no mundo sindical, de forma a lutar por salários dignos e melhores condições laborais, e para reivindicar os nossos direitos.

O envolvimento das e dos Jovens do Bloco nos movimento sociais deve primar por uma participação ativa que contribui para a construção de um mundo novo que não deixe ninguém para trás, apoiando as suas lutas e reivindicações, combatendo injustiças e discriminações, sejam estas socioeconómicas, laborais ou estudantis. Enquanto jovens a nossa luta é a da transformação social, que procura uma realidade mais justa, solidária e inclusiva para todas as pessoas.

6. Comunicação

A comunicação é um dos eixos primordiais da organização das e dos Jovens do Bloco. É essencial que a CNJ tenha um papel preponderante, não apenas na comunicação interna, mas também na ação externa. Através disso, é possível unir e integrar recém-aderentes, assim como chegar a jovens, dos mais variados pontos do país, que queiram lutar ao nosso lado.

Comunicação Interna

A CNJ deve ser responsável por uma política de aproximação e integração de jovens recém-aderentes, contactando-os e informando-os sobre as diferentes estruturas e formas de organização no partido. Propomos que esta apresentação seja apoiada pelo kit “recém-aderente”, simples e acessível, distribuído a todas as novas pessoas aderentes. Além disso, os elementos da CNJ devem articular com as estruturas concelhias e distritais do Bloco de Esquerda, de forma a promover a integração de novos aderentes.

É essencial que todas e todos os jovens sejam mantidos a par das atividades da CNJ e dos vários Grupos de Jovens através de uma newsletter regular. Além disso, consideramos ser necessário reformular o Pão e Cravos, jornal dos Jovens do Bloco, de forma a adaptá-lo à nova situação política que vivemos. A CNJ deve articular com os Grupos de Jovens de todo o país, de modo a criar sinergias

que garantam uma comunicação mais fluída e que ninguém fique excluído da informação, eliminando obstáculos que possam impedir uma militância mais alargada.

Comunicação Externa

É essencial que a organização de Jovens do Bloco dialogue com militantes, prestando o apoio necessário aos Grupos de Jovens, bem como seja capaz de utilizar as ferramentas que dispõe para chegar a mais jovens, divulgando as ideias e propostas do Bloco

Num mundo cada vez mais digitalizado, em que o acesso à informação é mais fácil, mas também mais imediato, é necessário que utilizemos as nossas redes sociais de forma mais eficaz. As páginas dos Jovens do Bloco devem servir para comunicar atempadamente as iniciativas que ocorram a nível nacional, distrital ou até concelhio, chegando a todas as pessoas interessadas em participar; para a exposição de rubricas temáticas; para a divulgação de propostas, e ideias que o Bloco e a CNJ tem na sua agenda.

Ainda assim, a comunicação da organização dos Jovens do Bloco não pode ser meramente digital. É necessária a criação e execução de Campanhas Nacionais, com a divulgação de material, impresso e em formato digital, junto de jovens, sobre as lutas que construímos e os temas que marcam a atualidade, propondo uma reflexão e expondo as propostas do Bloco.

7. Campanhas Nacionais

Enquanto órgão de direção nacional dos e das Jovens do Bloco de Esquerda, cabe à CNJ a tarefa de mobilizar e organizar jovens do partido em torno de campanhas que, construídas coletivamente e a partir de contributos locais, devem assumir um âmbito nacional. Envolvendo todas as pessoas jovens do partido, as campanhas nacionais são instrumentos centrais na luta travada pelo Bloco de Esquerda.

Partindo da reflexão presente nesta moção de orientação política, estas campanhas

deverão servir como momento privilegiado para a divulgação de propostas do Bloco, bem como para o enraizamento da organização de Jovens do Bloco de Esquerda em escolas, faculdades, locais de trabalho e outros espaços, podendo ainda servir propósitos de formação política e de integração de mais camaradas. Em torno de temas e objetivos mais concretos como a luta pela habitação ou dedicadas a temáticas mais abrangentes, as campanhas nacionais podem e devem assumir diferentes formas, adaptando-se às características e aos contributos da organização de Jovens do Bloco nos diferentes pontos do país. Assente em distribuições de panfletos ou na realização de eventos em diferentes locais, cabe à CNJ a produção, o assegurar da distribuição pelo país destes materiais e, partilhando responsabilidades com os grupos de jovens locais, a realização destas atividades.

8. Formação Política

A formação política das Jovens do Bloco tem que continuar a ser um instrumento central para a disputa social, servindo de apoio no combate à exploração capitalista e capacitando mais jovens para uma intervenção política ativa.

Com o Inconformação de 2023, reiniciou-se uma tradição de debate e formação política com formato presencial que, após 2 anos de pandemia e isolamento social, tanto faltava às Jovens do Bloco. Experimentou-se também um novo formato, escolhendo afunilar o tópico das sessões de debate, e apostando na história e contributos de pensadores do socialismo. Por ter sido um sucesso com os militantes mais jovens, a CNJ propõe-se a realizar o Inconformação em 2024 repetindo este formato, com o tema "Revoluções que abalaram o mundo", organizando painéis em torno da Revolução Francesa, Portuguesa, Russa, do Haiti, entre outras. Seria na sede nacional do Bloco de Esquerda, em Lisboa, nos dias 26 a 28 de janeiro. Mantemos o compromisso de organizar o Inconformação anualmente, com o objetivo de unir presencialmente as jovens organizadas no Bloco de Esquerda em torno de um tópico relevante para a nossa formação política.

Também em 2023, voltamos a organizar e a concretizar o acampamento

Liberdade, momento de ensaio do mundo que queremos e onde militantes de todo o país têm a oportunidade de se conhecer melhor e partilhar as suas experiências diferenciadas de organização jovem nas suas escolas, faculdades e cidades. O facto de o Acampamento das Jovens do Bloco não ter acontecido durante 3 anos, gerou uma geração de militantes bloquistas que não conheciam o Acampamento, que nunca tinham tido a oportunidade de organizar e pensar politicamente num espaço que é seu. O Acampamento de 2023 reforçou a importância deste momento e a moção A sublinha a sua vontade de pensar neste momento e de o tornar, como o tem sido nos últimos 20 anos, o derradeiro espaço de liberdade, emancipação e formação política. Marcamos na agenda as datas de 24 a 28 de julho de 2024 para celebrar os 20 anos do Liberdade nos 50 anos da Liberdade.

9. Propostas

- Continuar a realizar anualmente o Acampamento Liberdade;
- Continuar a realizar anualmente o fim de semana do Inconformação;
- Criação de uma exposição celebrativa dos 20 anos do Acampamento Liberdade, a ser exposta no Acampamento em 2024;
- Criação de um grupo de apoio ao associativismo estudantil, que redija documentos de apoio à organização dos militantes nos seus estabelecimentos de ensino e promova discussão;
- Organização de um Encontro de ativistas estudantis;
- Reformular o Pão e Cravos, transformando-o num jornal digital com artigos e reflexões aprofundadas sobre as lutas e propostas dos Jovens do Bloco;
- Abrir call for papers para o Pão de Cravos de dois em dois meses;
- A CNJ deverá ter um papel ativo na integração de jovens nas restante estruturas partidárias - distritais, concelhias, grupos de trabalho;
- Manter um calendário de iniciativas que permita, tendo a conta a frequência das mesmas assim como a sua dispersão geográfica;
- A CNJ irá preparar e disponibilizar materiais de discussão que possam ser

facilmente utilizados por grupos de jovens que pretendam organizar eventos de formação política;

- Responsabilizar membros da CNJ pela ligação aos distritos;
- Descentralizar iniciativas de modo a valorizar o interior;
- Manutenção do envio do Kit “recém-aderente”;
- Maior articulação da CNJ com os vários Grupos de Trabalho setoriais do Bloco de Esquerda, de forma a realizar atividades em conjunto;

10. Conclusão

Somos jovens inconformadas com a vontade de mudar o país e o mundo. Temos em nós o desejo de construir um projeto socialista alternativo, que esteja na linha da frente do combate ao neoliberalismo que ataca e destrói as nossas vidas. Pretendemos, com este mandato da CNJ, construir um caminho coletivo que prime pela força de trabalho solidário das e dos Jovens do Bloco, com a necessidade de organização e articulação entre os diversos grupos de jovens. Queremos que o Bloco de Esquerda continue a ser um espaço plural, democrático e firme na defesa das suas bandeiras. Para tal, queremos construí-lo em conjunto, através dos caminhos que temos vindo a percorrer nos espaços que ocupamos, nas nossas regiões, nas nossas vidas. Apenas com a partilha de lutas e daquilo que temos em comum é que conseguiremos construir uma força de oposição que tenha a capacidade de construir o socialismo. A luta vale sempre a pena, pois falamos da luta pela igualdade, pela defesa dos nossos direitos, da igualdade em ser e existir.

A Moção A tem como propósito representar todas as pessoas, que tal como nós, estão inconformadas, aquelas que desejam construir a luta socialista e de organizar jovens para fazer face a um sistema que nos quer oprimir e explorar cada vez mais. Seja na luta feminista, laboral, LGBTQI+, climática, antirracista, cá estamos, como sempre estivemos. Vamos à luta!

Subscrições

1. Afonso Silva, 15000, Braga
2. Alexandra Nunes, 16756, Setúbal
3. Alexandra Paulo Garcia, 16427, Lisboa
4. Aliyah Bhikha, 15475, Lisboa
5. Ana Alves, 16374, Santarém
6. Ana Correia, 16491, Coimbra
7. Ana Durães, 15525, Lisboa
8. Ana Ferreira, 16091, Setúbal
9. Ana Isabel Trindade Pinto, 16874, Madeira
10. Ana Margarida Silva, 16193, Lisboa
11. Ana Maria Pardal, 14707, Coimbra
12. Ana Rita Vieira, 15614, Leiria
13. Ana Sofia Domingues, 14358, Aveiro
14. Andreina Zerega, 15678, Coimbra
15. Ariana Pita, 16936, Lisboa
16. Bárbara Saraiva, 16325, Lisboa
17. Beatriz Cunha, 16442, Lisboa
18. Beatriz Moura Pontes, 16192, Porto
19. Beatriz Oliveira Pedroso, 14261, Lisboa
20. Beatriz Realinho, 16344, Guarda
21. Beatriz Verdinho, 16534, Setúbal
22. Camila Geirinhas, 16407, Lisboa
23. Carlos Eduardo Roque, 15650, Porto
24. Carlota Duarte, 16829, Viseu
25. Carolina Abrantes, 16645, Setúbal
26. Carolina Alves, 14364, Lisboa
27. Carolina Fernandes Gaspar Alberto, 16315, Setúbal
28. Catarina Rodrigues, 14946, Lisboa
29. Catarina Santos, 15743, Lisboa
30. Cátia Coelho, 15534, Setúbal
31. Constança Portela, 11555, Lisboa
32. Daniel Borges, 16022, Lisboa
33. David Ferreira, 14221, Lisboa
34. David Gomes, 15917, Lisboa
35. Diogo Barros, 15007, Braga
36. Diogo Gomes, 15917, Santarém
37. Diogo Manuel Teixeira Barbosa, 14563, Porto
38. Diogo Mira, 15586, Setúbal
39. Diogo Teixeira, 16839, Madeira
40. Duarte Graça, 12034, Porto
41. Duarte Igreja, 15455, Lisboa
42. Duarte Santos, 16575, Porto
43. Eduardo Couto, 13387, Aveiro
44. Felipe Silva, 16997, Porto
45. Filipa Alexandra, 15170, Porto
46. Francisco de Jesus, 16659, Lisboa
47. Francisco Pumacayo, 17038, Lisboa
48. Francisco Rafael, 15638, Lisboa
49. Francisco Vaz, 17124, Lisboa
50. Frederico de Moura Portugal, 15059, Leiria
51. Gonçalo Filipe, 15601, Lisboa
52. Gonçalo Sousa, 15376, Lisboa
53. Guilherme Góis, 15245, Lisboa
54. Hugo Andrade, 16337, Lisboa
55. Iara Sobral, 15150, Lisboa
56. Igor Oliveira, 17160, Lisboa
57. Inês Antunes, 16125, Castelo Branco
58. Íris Marques, 16953, Porto
59. Isis Pinto, 16703, Lisboa
60. Jéssica Gomes Vassalo, 15053, Santarém
61. Joana Gonçalves, 16239, Lisboa
62. João Carvalho, 15600, Setúbal
63. João Moreira da Silva, 17028, Lisboa
64. João Sebastião, 15547, Lisboa
65. Jorge Tabuada, 16880, Lisboa
66. José Miguel Silva Lopes, 16501, Viseu
67. Milana Pereira, 16877, Guarda
68. Leonor Amado, 16896, Lisboa
69. Leonor Fernandes, 17129, Sintra
70. Leonor Rosas, 13980, Lisboa
71. Leonor Viana, 15886, Setúbal
72. Leticia Vereza, 13900, Lisboa
73. Lou Lução, 13974, Lisboa
74. Luís Carocha, 15143, Lisboa
75. Luís Guimarães, 16998, Lisboa
76. Madalena Pacheco, 16746, Coimbra
77. Damas Morais, 16366, Coimbra
78. Marco Aboim, 16740, Lisboa
79. Maria Carlos Pacheco, 16318, Coimbra
80. Maria Inês Pombo, 16177, Guarda
81. Mariana Neves Gonçalves, 15060, Braga
82. Mariana Reis, 15861, Castelo Branco
83. Mariana Silva, 16938, Porto
84. Marta Almeida, 16345, Guarda
85. Matilde Pinto, 16415, Lisboa
86. Micaela Gomes, 15786, Braga
87. Miguel Baptista Miranda Correia, 15754, Porto
88. Miguel Martins, 13852, Braga
89. Pedro Henrique Garcia Santos, 16615, Açores
90. Pedro Henrique Soares de Sousa, 12731, Lisboa
91. Pedro Matias, 15162, Porto
92. Pedro Mesquita, 13405, Castelo Branco
93. Rafael Seixas, 16432, Lisboa
94. Raquel Lindner, 13405, Lisboa
95. Raquel Vitorino, 14734, Lisboa
96. Ricardo Vaz, 15010, Lisboa
97. Rita Marçal, 16883, Santarém
98. Roberto André Nunes Henriques, 15871, Madeira
99. Rodrigo Grilo, 16633, Setúbal
100. Rodrigo Machado, 14947, Lisboa
101. Rui Filipe Marques Ferreira, 15871, Setúbal
102. Rui Tavares, 16460, Porto
103. Sandra Góis, 11006, Santarém
104. Santiago Pinheiro, 16646, Setúbal
105. Sofia Lopes, 15457, Lisboa
106. Teresa Amorim, 14320, Braga
107. Tiago Correia, 17115, Setúbal
108. Tomás Marques, 12362, Lisboa
109. Vasco Ruela, 15373, Lisboa
110. Vera Moço Calado, 15577, Setúbal

Lista candidata à CNJ

Lista A

1. Iara Sobral, 15150, Lisboa
2. Duarte Santos, 16575, Porto
3. Leonor Rosas, 13980, Lisboa
4. Sofia Lopes, 15457, Lisboa
5. Miguel Martins, 13852, Braga
6. Beatriz Realinho, 16344, Guarda
7. Aliyah Bhikha, 15475, Lisboa
8. Rodrigo Sousa, 15216, Guarda
9. Tomás Marques, 12362, Lisboa
10. Íris Marques, 16953, Porto
11. João Carvalho, 15600, Setúbal
12. Teresa Amorim, 14320, Braga
13. Diogo Teixeira, 16839, Madeira
14. Beatriz Pedroso, 14261, Lisboa

Suplentes

1. Frederico Portugal, 15059, Leiria
2. Raquel Vitorino, 14734, Lisboa
3. Duarte Graça, 12034, Porto
4. Diogo Gomes, 15917, Santarém
5. Damas Morais, 16366, Coimbra
6. Vasco Ruela, 15373, Lisboa
7. Beatriz Cunha, 16442, Lisboa
8. Afonso Silva, 15000, Braga
9. Inês Antunes, 16125, Castelo Branco
10. Carlota Duarte, 16829, Viseu

Representante na COC: Beatriz Realinho, 16344, Guarda



IX
CONFERÊNCIA
NACIONAL
de Jovens

TEXTOS CONTRIBUTO

A voz pela paz mundial

Diogo Mira

Ecoam vozes por todo o mundo, contaminadas por um otimismo enviesado e irrealista, que transmitem a ideia de que o mundo nunca foi tão pacífico como tem sido desde o final da Segunda Guerra Mundial. No entanto, se largarmos o olhar marcadamente eurocêntrico, rapidamente nos apercebemos de que essa premissa nada mais é do que uma tentativa de limitar o sentido crítico do povo e desviar a atenção para as verdadeiras falhas do sistema capitalista. Vivemos num mundo em que os níveis de paz global estão num caminho descendente, sinalizando que ainda existem severos e vários conflitos que afetam quotidianamente a vida de milhões de pessoas.

O mundo em que existimos caracteriza-se por ser altamente globalizado, onde as relações entre os indivíduos, apesar das distâncias geográficas, são cada vez mais intensas e rápidas. Os acontecimentos nacionais passam a transcender as fronteiras físicas dos Estados e começam a ter um impacto cada vez mais significativo nos territórios e nas populações de outros países. Assistimos ao recrudescimento dos conflitos no panorama internacional, patrocinados por forças imperialistas que semeiam o caos com o intuito de lograr os seus objetivos permeados pelo obscurantismo. Em todo o mundo somos confrontados com conflitos sangrentos, cujos desfechos são imprevisíveis, mas com efeitos nefastos, especialmente nas camadas mais jovens das sociedades. A classe trabalhadora é condenada à instabilidade e a uma existência insegura, enquanto são obrigadas a defender os interesses imperialistas e burgueses que são o substrato dos conflitos criados pelos verdadeiros Senhores da Guerra.

A globalização permite que os conflitos, sejam bélicos ou de outra natureza, afetem as cadeias de abastecimentos globais, contribuindo assim para o encarecimento dos produtos e serviços no consumidor final, prejudicando consideravelmente todas e todos os trabalhadores – enquanto uns lucram com a guerra, outros são obrigados a viver no mais profundo poço. Num mundo em que a riqueza se encontra cada vez mais concentrada numa ínfima parcela da população mundial, é preciso dinamizar a voz pela justa e efetiva redistribuição da riqueza, com o intuito de dar à classe trabalhadora todas as fundamentais condições para o seu pleno desenvolvimento.

Enquanto jovens de esquerda, somos a verdadeira voz pela paz no mundo, uma força firme e reivindicativa contra todas as formas de imperialismo e de exploração. Rejeitamos as guerras motivadas pelos interesses hegemónicos, patrocinadas pelas potências imperialistas da sociedade internacional que visam a defesa e a manutenção dos interesses da burguesia. Ser jovem de esquerda num mundo pautado por políticas económicas capitalistas que estimulam a criação de assimetrias entre os vários Estados é bradar pela paz, pelo internacionalismo e pela solidariedade entre os povos de forma inamovível, questionando o status quo e combatendo as elites burguesas que procuram controlar o povo e a manutenção das desigualdades sociais

Mantemo-nos solidários com todos os povos oprimidos. Indo da Ucrânia à Palestina, criticamos firmemente todas as soluções que não garantam verdadeiramente a paz e a autodeterminação dos povos, como também rejeitamos a visão iminentemente hipócrita utilizada pelo Ocidente para analisar os conflitos nas restantes partes do globo.

Assume-se determinante incluir os jovens nos processos de criação de paz, considerando as perspectivas de futuro com o objetivo inequívoco de criar pontes tendo em vista o objetivo da vivência assente no pressuposto da paz duradoura. Afinal, os jovens são o futuro do mundo e, como tal, devem ter uma voz ativa no debate para a paz, como também devem ser parte integrante das medidas tomadas pelos Estados para alcançar esse objetivo. Compete à juventude de esquerda, progressista e insubmissa, lutar em prol de um mundo verdadeiramente pacífico, fornecendo soluções eficazes para as vicissitudes das relações entre os atores internacionais, mantendo sempre como foco a dignidade da classe trabalhadora.

Onde é que nos encontramos?

João Carvalho

Foi num almoço n'O Pote, Lisboa, que Melo Antunes apresentou o 1º esboço do programa político do MFA.

No Monte Carlo do Saldanha coabitavam “escritores e jornalistas, actores e cantores, gente do regime e da oposição, excêntricos e malucos, trabalhadores e calaceiros, *don juans* e maricagem, solitários e tribos em peso, e os clientes anónimos, quotidianos, sem história” (Eurico de Barros). Com tertúlias e encontros para partilhar as notícias do PCP, o Monte Carlo foi um dos espaços icónicos da resistência ao Estado Novo.

O amado Botequim da Natália Correia. O bar cheio de fumo, cheio de antevisão de um futuro de cultura, afetuosidade e de ideias, foi palco de grandes encontros da sociedade política do pós 25 de Abril.

O Piolho, no Porto. O Central de Almada. O Tropical, em Coimbra. A militância sempre viveu nos cafés, nas sedes, nas casas ocupadas. De estudantes, a artistas, a deputados, o pensamento crítico e a organização dos projetos da Esquerda fizeram-se em espaços coletivos, ora com uma bica, ora com uma carica.

Hoje? Lamento a falta de preservação histórica do Botequim. Preocupa-me o futuro despejo da Sirigaita. Faltam espaços *queers* verdadeiramente seguros. Longe vão os tempos dos centros de trabalho cheios de vida. O Monte Carlo agora é uma ZARA.

Diz o *Tripadvisor* que ao Tropical “só lá vão os estudantes” para beber finos. Nada contra, pelo contrário: muita teses, iniciativas e camaradagem tece com múltiplos copos vazios à mesa. Mas com os sítios que vamos perdendo, está difícil sentarmo-nos para planear a próxima revolução, tão pouco a próxima distribuição.

O *Zoom* foi um instrumento vital para que as relações e os debates não desaparecessem durante o período solitário da pandemia e compensar a impossibilidade de nos reunirmos fisicamente e de realizar atividades concretas. Toda a sociedade teve de se reinventar e a Esquerda também, enquanto vimos o ferver da extrema-direita internacional, do negacionismo e da desinformação.

Se o online teve o seu propósito, também criou maus hábitos. O facilitismo rapidamente se torna comodismo, reduzindo a ação política à militância de *tweets*, reuniões de câmara desligada e camaradas que nunca se conheceram de facto. Andamos folgados e temos falhado em marcar a nossa força diária nas ruas.

A ganância imobiliária e o monstro do turismo representam-nos outra ameaça transversal. Quantos coletivos, clubes recreativos, cafés históricos, centros de apoio mútuo, bares *queers* e abrigos temos visto a serem substituídos pelo Alojamento Local? Quantas associações e coletividades foram despejadas por aumentos impiedosos das rendas? No grande projeto da especulação, as cidades não são para os disruptivos, para os ativistas, para as comunidades. Os largos passam a meras passerelles para

nômadas digitais à medida que a classe trabalhadora e os grupos anticapitalistas vão sendo expulsos.

O próprio Bloco de Esquerda - após a quebra de subvenção nas eleições legislativas de 2022 - teve de reunir um esforço hercúleo, com uma grande mobilização de contributos de camaradas e das estruturas concelhias e distritais, para conseguir manter muitas das sedes pelo país.

Recupero um dito duma camarada ao jornal Público sobre o Acampamento Liberdade 2023: um acampamento para “ensaiair a vida boa”. Um local real onde pessoas se juntam para debater, comer, limpar, dormir, abraçar, dançar.

É nos espaços coletivos que transmitimos aprendizagens entre gerações, planejamos estratégias. É nos espaços seguros que temos coragem e conforto para nos descobirmos. É nos espaços autogeridos que ganhamos experiência de organização e ensaiamos uma sociedade sem exploração. É nos espaços comunitários que vemos materialmente a luta enquanto processo de união, de esforço coletivo. Afinal, a ideia de que o mundo pode ser melhor cabe numa tenda, numa mesa de café, na cave da nossa sede.

Inspiremo-nos na Sementeira, em Viseu. Um lugar onde cultura e política caminham de mãos dadas. Desde 2013 que esta sede do Bloco dá espaço a debates e workshops, acolhe mostras de dança, teatro, cinema e música e projeta projetos emergentes. Um solo fértil feito pela e para a comunidade de forma democrática e diversa. Uma sede partidária é mais do que um local para reuniões e para guardar material: é a nossa oportunidade de criar um exemplo do tipo de espaços que queremos, um abrigo para a massa crítica, para as obras e inquietações que de quem vibra com a liberdade que emana das paredes dos nossos lugares coletivos.

As Jovens do Bloco têm uma responsabilidade para reviver as sedes, os pontos de encontro e as ruas onde queremos e precisamos de lutar. Precisamos de criar agendas de atividades, compromisso de gestão compartilhada, redecorar os locais de acordo com as nossas necessidades e vontades, e, sobretudo, criar ambientes de partilha. Cuidar daqueles lugares onde a qualquer hora, sem aviso, sabemos que vamos encontrar um rosto familiar. Já não há muitos lugares assim.

Não consigo imaginar a Margem Sul sem os graffitis, os cartazes e a poesia em cada parede, ecoando os valores e as reivindicações de quem quer um mundo mais justo, igual e solidário. Uma cidade onde não vejo pessoas sentadas à porta do prédio, coletivos a pintar um mural ou campanhas de solidariedade é uma cidade sem paixão, sem cultura, sem garra.

O encontro de camaradas é em si um ato revolucionário. Vamos tomar todas as ruas, vamos ocupar todos os lugares, e em cada esquina teremos um amigo, pronto para mais uma distribuição na escola ao lado. E depois vamos para a sede beber uma cerveja e rir, na mais bela sensação de que não estamos sozinhos. Essa é a arma mais letal contra o neoliberalismo, contra o individualismo, contra o fascismo, contra o capitalismo.

A armadilha dos países de baixos rendimentos ou rendimento intermédio

Rui Barbosa

Num país prol desenvolvimento como o caso dos países de evolução desenvolvida, progressão social requerida mínima ou média, justiça social balanceada e desenvolvida, carácter demográfico rigoroso caracterizado por armadilhado ou agrilhado por uma armadilha, não é do significado de desenvolvimento ter de usar o termo estagnar. Não faz sentido!

Mas fraseando isto o estagnar é maior que o desenvolvimento. Não creio!

O fato de que a interrupção do processo de convergência de uma economia ou uma longa estagnação de crescimento económico, seja financeiro ou administrativo existem sentidos opostos a caminhar no termo de sociedade de livre eleição que nos permitem eleger escolhas mais paralelas a dados termos como visões mais perpendiculares.

Isto é se o mercado financeiro mais eficiente e de disponibilidade de crédito para criar novas empresas e investimentos é o permissor a curto prazo não será de certo a promessa ao complemento da produtividade que levará ao termo crescimento.

Uma sociedade financeira não teme o longo prazo, ou o termo administrativo não ruma só pelo ponto de balança estrutural económica?

De certo e com alguma virtude pudéssemos defender o fator que contribui para a “probabilidade” do sucesso não da probabilidade económica das cotações da bolsa serem indiciosas do objeto prol desenvolvimento monetário ou económico. De certo sabe-se que um caminho só ruma pelo trabalho que lhe aplicámos ou nas matérias políticas pelo detalhado que nos levou a designar, até mesmo por razões caucionais.

O ponto resolutivo

Se numa média onde se englobasse a mortalidade, o fluxo demográfico por exemplo os censos de um país, Portugal o caso de exemplo resumir-se-ia por 10 em 10 anos.

Se em 10 anos Portugal perde 1332 pessoas mensalmente, estimativamente perde em 10 anos 150 000 pessoas não culpando só os dados do instituto de óbitos onde número certo 270 pessoas por 7 dias padecem 1080 por mês

A questão é se pela relação de 10 anos Portugal perde 191 712 pessoas pelos dados oficiais dos censos de 2021 do site Pordata onde $1080 \text{ óbitos} \times 120 \text{ meses} = 109000$ com 3 anos de resta os dados falam por si em 191 792 concretamente por 10 anos de diferença de censo, ou seja dado este que se assimila a 3 anos estimativamente de apenas mortalidade, que é $1080 \times 24 = 25920$ resultando em $109000 + 25920 = 134920$ óbitos em 13 anos, quase 135 mil pessoas. De 2 em 2 anos, numa (situação imigratória vs solidão vs emigração), dado que indico, como em percentagem 10 % da população ou nos 9 milhões, 1 milhão vive só, claro descontando jovens adultos e adultos alcançássemos uma parcialidade com o elemento de maior idade este que por dados

auxiliares do mesmo site indica aproximadamente 290 000 logo por 1 milhão de famílias de 1 só agregado 290 000 têm casa própria.

Se 54 000 pessoas vivem e saem de casa todos os anos em 56 792: 144 meses ou 12 anos = 394 pessoas por mês ou aproximadamente 4200 pessoas procuram investir na passagem dos anos planetários na sua imigração outros quantos pelo índice de emigração entram no país cerca de total da população o que 107 000 pessoas por um total de 9 000 000 entram no país, por 54 000 pessoas que saem em 10 anos.

As causas

Por que razão se dá um abrandamento na estatística evolutiva do crescimento económico e financeiro que não permita a evolução percentual em modos taxativos e contabilísticos.

Um plano anual de orçamentos de estado e agenda fiscal tem que ter tudo isto em conta visto que à partida as partidárias, medidas que se tomam, face ao meio social não devem resolver o ato circunstancial ao financeiro ou constitucional, sendo que no último ano o relativo dinamismo da economia nacional portuguesa favoreceu os resultados dos fundos imobiliários com um ganho mediano. Deveras a percentagem média de imóveis, não agregados também se manteve estável, o que revela estabilidade de mercado.

Enquanto, às fatalidades, do BCE (Banco Central Europeu). A economia portuguesa encontra-se no capítulo das incertezas a curto/médio prazo visto, também que o impacto da pandemia nas rentabilidades foi deveras reduzido, apesar do recuo acentuado do PIB nacional em 2020. Num artigo que remonta a 2021 relata-se que o novo paradigma para a economia portuguesa é “um crescimento económico mais robusto e uma maior convergência em relação à União Europeia são essenciais para reduzir a pobreza e as desigualdades, garantir a sustentabilidade de dívida pública e da segurança social e evitar círculos viciosos.

Com que motivo o nosso Estado tivesse que aplaudir causas como dívida pública e segurança social, não acho isso paradigmas de complexos, mas ao invés o fator estabilizado de um fundo que não terá de ser decalcado.

A economia interna de um país nada mais do que uma sustentabilidade económica e financeira face a novas inovações na agenda do Desenvolvimento e Inovação ou I&D do PnB (produto nacional bruto), correto isto?

Cultura zero vírgula qualquer coisa

Ana Durães, João Carvalho

A expressão zero à esquerda é comumente utilizada para vincar a incompetência alheia, num tom de gozo e de diminuição ofensiva. No Orçamento de Estado, é uma mera constatação de factos sobre a Cultura, tão distante do 1% tão reclamado. E mais do que rúbricas orçamentais, descreve o peso deste setor nas políticas públicas e na sociedade. Um mundo sem Cultura, é um mundo sem a coragem do questionamento, da expressão e do experimentalismo. Não haverá socialismo sem artistas para o pintarem.

As Jovens do Bloco têm de ser vozes relevantes nas diversas lutas de artistas, estudantes e profissionais do setor. No combate ao despejo do STOP, um dos principais centros de criação artística, albergando centenas de artistas, com salas de ensaio e estúdios de trabalho, mas também de socialização, de lazer e de experimentação independente. Junto da comunidade da Escola Superior de Dança, que há mais de anos paga propinas para ter aulas no asfalto ou em contentores inundados, sem casa para uma instituição que forma algum dos nomes mais vanguardistas da arte contemporânea internacional. Nos protestos contra a razia dos apoios sustentados, deixando até algumas das maiores companhias portuguesas sem financiamento, arriscando que desapareçam. Pela democracia cultural, levando a arte ao interior do país e às populações marginalizadas. Para quebrar as algemas do privilégio, dando espaço de criação, representatividade e direção a pessoas racializadas, migrantes, queer, com deficiência, pobres. Para finalmente cumprirmos o 1% já no próximo orçamento.

Temos falamos sobre todos estes desafios e a precariedade fatal da Cultura. A conversa é sempre sobre isso, sobre a desgraça das artes. Certamente teremos muitos mais episódios que comprovarão esta sina, onde a Esquerda estará lá para bater por direitos laborais, pelo serviço público e pelo direito à criação, formação e fruição cultural.

É sobre o papel subversivo e desafiador da arte que escrevemos. Sobre a sua implicância enquanto meio de expressão coletiva e arma para comover, para mover maiorias sociais.

A Cultura é um dos veículos de propaganda de eleição da extrema-direita no poder e de regimes totalitários. O Estado de Israel tem investido fortemente na mobilidade de companhias israelitas enquanto estratégia de marketing internacional, passando uma imagem de uma democracia fofa que apoia as artes, muitas vezes com obras que apresentam uma versão limpa da sua história. Na Europa, as peças de teatro têm sido algumas das principais armas de arremesso para criar um pânico moral sobre 'agendas' e a censura do cancelamento - verificando-se, na verdade, que a censura acontece precisamente sob governos conservadores.

Já estamos para lá da Sociedade do Espetáculo de Debord: a dimensão da globalização e do tecnológico, do consumo frenético e da informação instantânea transformou as nossas vidas num permanentemente e aceso leilão pela nossa atenção. Numa altura

em que a classe trabalhadora tem cada vez menos tempo para o ócio, para relações sociais e as suas ambições pessoais, o espaço público (físico e virtual) é um campo de batalha das empresas pela nossa atenção, impingindo-nos mais um anúncio, mais uma narrativa, mais um acesso aos nossos dados.

O escasso tempo do trabalhador é o recurso mais valioso da economia contemporânea. O capitalismo enche as nossas vidas com responsabilidades, oferecendo instrumentos que pensem por nós - da comunicação social aos algoritmos, o código gráfico e a linguagem empresarial é unânime para nos impôr uma lente sobre o mundo.

A forma não faz o conteúdo, mas determina se o conteúdo chega às nossas mentes. Num mundo em que a publicidade é de tal forma sofisticada, aperfeiçoada até ao centro do mais eficaz minimalismo, a perspetiva popular molda-se, ficando mais impaciente, menos disponível, menos crítica. Ou a informação é nos alimentada, aliás, pré-mastigada, ou não a queremos. O campo anticapitalista tem a árdua tarefa de saber apropriar-se destas ferramentas, destas linguagens comunicativas - para fazer valer a sua mensagem entre os milhões de estímulos que nos rodeiam - e, quase antagonicamente, resistir a este rumo ultra simplificador e amorfo.

A Barbie - com todas as nuances que deixou de lado - conseguiu acender um debate social alargado e profundo sobre as dinâmicas do patriarcado, do machismo e da própria concepção do que é ser mulher. São estas ideias novas? Para nós não, a Esquerda anda há décadas a marrar com o feminismo anticapitalista interseccional. Mas para uma imensa parte da população, o cinema foi um espaço de consciencialização, muitas vezes em grupo, no seio familiar, de relações românticas e entre amigos.

Não está fácil pedir à sociedade que tenha pensamento crítico, que faça oposição à narrativa dominante. A resistência requer coragem e alguma pachorra. O debate de ideias é naturalmente algo lento, massudo, intimidante. Cabe aos jovens de esquerda ter a criatividade de atrair quem já está tão esgotado da vida precária e da injustiça social. Cabe-nos ter novos meios para educar, convencer e trazer as pessoas para o nosso campo. Essa luta terá necessariamente de ser artística.

Todas as eras da nossa história foram antecipadas, talvez, lideradas por artistas vanguardistas. É na experimentação de quem cria para se sentir desconfortável e para fazer os outros desconfortáveis que brotaram as mais arrojadas ideias da nossa existência. Artista existe para destruir arquétipos antigos, assim construindo mundos novos.

Reviver as lutas, reacender a chama

Diogo Mira, Rodrigo Machado

Ao longo do século XX, os estudantes foram o bastião da luta e da resistência. O movimento estudantil é, por excelência, um impulsionador da luta pela liberdade nas suas mais variadas formas. Organizados, os estudantes reúnem todas as condições para fazer tremer os sustentáculos dos sistemas conservadores e opressores.

Os estudantes são, muitas vezes, quem se coloca na linha da frente na luta contra os regimes opressores, a guerra e contra os recuos sociais, fruto do seu espírito reivindicativo e capacidade de denunciar injustiças a que são acometidos. Somos, portanto, uma força potente na mobilização de grandes massas, capaz de organizar ações coletivas que desafiam o *status quo* instaurado pelas forças burguesas opressoras. Os estudantes são uma voz poderosa que ressoa em toda a sociedade – somos persistência e resistência na luta pelas mudanças estruturais. Enquanto impulsionadores das mais variadas lutas, somos um alerta para a sociedade civil. A participação ativa dos estudantes tem o potencial para despertar as camadas mais adormecidas da sociedade, criando uma sinergia poderosa que, levando à mobilização das massas, pode levar a mudanças nas estruturas dos regimes. A comunidade estudantil exerce o papel primordial no combate contra o capitalismo, o fascismo, o sexismo, o racismo, a LGBTIfobia e contra qualquer tipo de discriminação na sociedade. Somos contra as diversas formas de opressão que a sociedade conservadora nos impõe.

Consideramos que os nossos espaços – escolas, universidades e politécnicos – têm de ser um local seguro, democrático, emancipatório e livre de qualquer forma de preconceito. Acreditamos que as instituições de ensino devem contribuir para a emancipação dos indivíduos e não como uma forma de opressão. Enquanto jovens de esquerda reivindicamos alterações estruturais do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) que fornece uma visão eminentemente neoliberal do ensino. Lutamos pelo fim da propina, pelo cumprimento e expansão do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), por Ação Social que sirva os estudantes em contextos mais desfavorecidos e por um ensino participativo, democrático e de qualidade.

Todos os anos vemos as estruturas associativas académicas contaminadas pela inação, descaracterizadas, transformadas em clubes lúdicos ou em meras comissões de festas.

As associações de estudantes, que outrora tiveram um papel fundamental na luta estudantil, estão cada vez mais alienadas daquela que deveria ser a sua principal missão – defender e reivindicar os direitos das e dos estudantes. Assistimos a uma abstenção que é um sintoma de um progressivo afastamento da comunidade estudantil das estruturas associativas que os deveriam representar. No entanto, vemos todos os anos milhares de estudantes a sair à rua

com palavras de ordem a reivindicar o fim da propina, a necessidade de mais habitação estudantil pública, o aumento das bolsas e o fim do modelo de Bolonha. O afastamento dos estudantes das estruturas associativas não demonstra falta de interesse, mas sim uma falta de resposta que estas estruturas oferecem.

Cabe então aos jovens de esquerda reanimar os coletivos académicos, dar-lhes um novo foco e desenhar estratégias para ganhar tração para as nossas lutas e para atrair outras e outros estudantes. Urge fazer reacender a chama da luta académica, provando mais uma vez que somos um elemento importante da sociedade, herdeiro de movimentos históricos como Maio de 1968, a crise académica dos anos 60 e da ``Geração Rasca`` que lutou contra a propina nos anos 90.

A nós, ativistas insubmissos, progressistas e de esquerda, cabe-nos ser agentes ativos pela mudança e um sinal de esperança para a sociedade, capaz de inspirar os demais colegas, atraindo-os para o centro da luta por um mundo mais justo, igual e fraterno.

Calar as bombas: *From the river to the sea*

Rodrigo Machado

Durante décadas, o povo palestino vive sob perpétua colonização e ocupação ilegal e do seu território, enfrentando uma cruel política de apartheid. Desde os Acordos de Oslo, há 30 anos, Israel tem se expandido para a Cisjordânia, mantendo Gaza prisioneira e sob cerco. Nas últimas décadas, quase um milhão de colonos israelitas foram gradualmente transferidos para colonatos na Cisjordânia, assegurando uma interminável colonização israelita daquela área.

O problema intensificou-se, em particular, desde que o novo governo sionista e de extrema-direita, de Netanyahu, chegou ao poder em Israel. O programa de governo de Netanyahu afirma que o povo judeu tem um “direito exclusivo e inalienável a todas as partes da terra de Israel”, tornando-o a base para a colonização total da Cisjordânia e Gaza. A repressão do povo palestino, o estado de conflito constante das últimas décadas, a pobreza e falta de perspectivas de futuro criou um ambiente propenso à revolta e radicalização no seio do povo Palestino.

No dia 7 de outubro vimos essa radicalização em ação quando o grupo terrorista Hamas lançou um dos maiores ataques terroristas dos últimos anos, ataque esse que devemos condenar sem reservas. No entanto, o ataque do Hamas não pode servir como justificção nem como “Livre-Trânsito” para uma retaliação desmedida por parte de Israel, nem pode servir de justificção para bloquear ajuda humanitária a civis palestinos, na sua maioria crianças e mulheres, nem para atacar hospitais, escolas ou postos fronteiriços onde civis estão a tentar escapar da morte. Não há justificção para bombardear Gaza até à sua última pedra. À Esquerda devemos nos opor à escalada do conflito e às tentativas de punir toda a população palestina pelo ataque do Hamas. É imperativo travar a escalada e encontrar uma solução de paz, exigindo um cessar-fogo imediato, a abertura de diálogos para a paz, que respeitem a autodeterminação do povo Palestino, o fim do cerco a Gaza e o fim dos colonatos ilegais na Cisjordânia. Queremos uma Palestina que seja livre “*From the river to the sea*”, ou seja, uma palestina onde todos os palestinos possam viver na sua terra natal como cidadãos livres e de plenos direitos, sem serem dominados ou dominadores, vivam eles na Cisjordânia, Gaza, Israel ou Jerusalém. O Slogan é uma oposição ao regime de apartheid e ao colonialismo e não uma réplica para sugerir o extermínio de Israel e do povo judaico.

Perante o conflito que atravessamos vemos os líderes da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos incapazes de encontrar uma solução de paz, nem mesmo que temporária, optando por enviar apoio militar a Israel, contribuindo assim para a escalada do conflito, sendo incapazes de fazer uma condenação séria à violência e aos crimes de guerra perpetrados por Israel em Gaza, o que não aconteceu perante os ataques do Hamas onde se condenou o terror e violência, posição que é consensual, mas quando é o povo de Gaza a ser morto e a ver as suas casas e terras dizimadas já não há condenação nem solidariedade.

A Esquerda, e nós jovens em particular, devemos ser a voz da paz, que não glorifica a guerra, mas que a condena, a voz que se solidariza sem complexos com os povos violentados, invadidos e agredidos, da Palestina ao Saara ocidental e à Ucrânia, pela emancipação e autodeterminação dos povos. Temos de ser a voz que vai calar as bombas para se poder começar a construir a paz. É urgente agir em nome da paz, igualdade e justiça.

From the river to the sea, Palestine will be free

Melhores Condições Laborais, Garantir a Vida Boa

Afonso Silva

A nossa geração permanece assolada por uma catadupa de crises, fruto das insanáveis contradições do sistema capitalista.

Crescemos com a crise das dívidas soberanas e do défice e com o “fantasma” da política austeritária, que ainda hoje faz sentir os seus efeitos. Se foi possível recuperar rendimentos e direitos com a influência parlamentar do Bloco de Esquerda, entre 2015 e 2019, a maioria absoluta do PS parece segura que o caminho a seguir é persistir a receita legada pela Direita e pela Troika.

Na lei laboral, o PS não tocou no essencial, tentando mascarar a propalada “Agenda do Trabalho Digno” de reforma estrutural, sem beliscar os interesses do patronato e da elite económica. A política de facilitação de despedimentos e de precarização dos contratos de trabalho conserva-se, num contexto de incerteza, insegurança e instabilidade dos vínculos laborais, colocando quem entra no mercado de trabalho em asfixiante pressão, entre a possibilidade de conseguir pagar ou não a renda, a prestação, as despesas essenciais.

Na contratação coletiva permanece os princípios da caducidade e não regressou o princípio do tratamento mais favorável, fragilizando os mecanismos de negociação. Os contratos coletivos de trabalho, cuja atualização as associações patronais, protegidas pelo poder político, vão arrastando, são a ferramenta necessária para a valorização profissional e para uma progressão justa na carreira. A política da maioria absoluta vai sendo de universalização do salário mínimo que, se felizmente tem sido atualizado (ainda que a níveis abaixo do que seria necessário para fazer face à crise inflacionista), vai se aproximando do salário-médio nacional, por ausência de renovação das regras da negociação coletiva. As trabalhadoras e trabalhadores vão assistindo a aumentos salariais por decreto, nivelados por baixo, estagnados numa condição de vida no limiar da pobreza.

A dita “Agenda do Trabalho Digno”, com patrocínio do PS e da Direita, não ousou mexer no fator tempo de trabalho, cada vez mais uma necessidade urgente. A redução do horário semanal de trabalho para as 35 horas no setor privado é uma medida de justiça social, que termina com o desnivelamento entre setores público e privado, tão prejudicial para a coesão da classe. É uma medida de dignidade humana, que alivia a

pressão diária de quem perde a maior parte do dia em movimentos pendulares e trabalho - normal ou extraordinário, para que consigam ter maior disponibilidade para investirem no seu próprio bem-estar, na sua saúde, na sua formação, nos seus laços afetivos e familiares, na sua comunidade. Regressar aos 25 dias de férias, reduzidas para 22 pela política de Direita em 2012, é um imperativo que o PS vai ignorando na sua ânsia de manter o apoio da elite económica, pela recuperação mental e física das e dos trabalhadoras/es e por um gozo pleno deste direito.

A luta pelo direito ao tempo deve ser uma prioridade para a militância do Bloco de Esquerda, num mundo em que o avanço tecnológico permite libertar trabalhadoras e trabalhadores de parte substancial das suas funções, mas onde não existe espaço para sermos nós próprios e vivermos plenamente uma “vida boa”.

Cabe às e aos militantes do Bloco de Esquerda, especialmente às e aos jovens trabalhadoras/es, tomarem parte na disputa das condições laborais, com a sindicalização, com a participação ativa nas organizações sindicais, pela busca ativa de soluções que contrariem as novas e velhas formas de exploração capitalista. Desistir das estruturas representativas de classe, ao invés de as reformarmos, reinventarmos e atualizarmos ao tardocapitalismo predatório é capitular face às narrativas hegemónicas neoliberais. O “futuro livre e radioso”, rumo ao socialismo no nosso tempo, depende de nós e do nosso papel interventivo.

Luta pela cultura

Jorge Tabuada

Todos têm direito à educação e à cultura.¹

Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.²

Cada ano que passa relembramos o quanto a Cultura é fundamental para o nosso país, mas cada ano também vemos que o Orçamento de Estado para a Cultura nunca chega a 1%. No ano passado ficou-se pelos 0,43% já incluindo as verbas para a comunicação pública da RTP e Agência Lusa.

Uma sociedade sem cultura não existe. Somos feitos de cultura, e esta só poderá ser mais valorizada quando começar a ser vista como um direito de todos e não como um privilégio de uma elite, e também quando esta for vista como um investimento fulcral nas pessoas e nos profissionais e não como um produto apenas para dar lucro. Estudos e sondagens revelam que a maior parte dos portugueses defende que as verbas para a cultura deveriam ser maiores. Nos últimos anos têm sido conseguidos alguns avanços como as entradas gratuitas em museus, a oferta do curso de teatro nas escolas, a descida do IVA para 6%, etc.

São cada vez mais os jovens que vão a espetáculos culturais e que consomem cultura. A nossa presença faz-se sentir nos grupos de teatro, clubes de cinema, bandas independentes, grupos de dança, sendo algo que fazemos por prazer e não por dinheiro. Do valor pago para assistir a um espetáculo, pouco é aquele que chega aos artistas que trabalharam para a construção desse mesmo espetáculo. As escolas de formação artísticas por norma são caríssimas e inacessíveis para as pessoas de classe média e baixa.

Esta é também das áreas que apresenta mais postos de trabalho não renumerados, e mais empregos precários. Nunca é demais lembrar que Arte é Trabalho. Quantos jovens desistem do seu sonho de ser artistas pela falta de oportunidades? Quantos jovens estudantes de teatro, cinema e música não conseguirão trabalhar na sua arte como tanto desejam? Quantos jovens trabalhadores depois de acabarem um projeto ficam no vazio, sem salário para se sustentar? Quantos jovens profissionais da cultura

não têm onde trabalhar precisamente pela falta de investimento em projetos culturais?
Quantos jovens artistas têm um segundo emprego para conseguir sobreviver?

Lutamos contra o encerramento do Centro Comercial STOP que tirou o espaço de ensaio a imensos músicos. Lutamos pelas quotas de 50% de música portuguesa nas rádios para dar palco à produção de música produzida em Portugal.

Exigimos mais apoios e mais verbas para a cultura. Exigimos maior fruição cultural na educação e na comunicação social desde cedo. Mais do que um ministério ou secretários de estado da cultura é necessária uma boa gestão da cultura, para que esta chegue definitivamente a todos. Pela concretização do direito constitucional à cultura!

1. Constituição da República Portuguesa de 1976 - Artigo 73.º (Educação, cultura e ciência)
2. Constituição da República Portuguesa de 1976 - Artigo 78.º (Fruição e criação cultural)

Vamos despertar o espírito Vermelho!

Damas Morais

O que é que faz mexer o nosso partido? O que é que mobiliza a população não partidária? Como é que as nossas ideias podem ser transmitidas internamente e externamente?

A ação local interna e externa de cada camarada é essencial para conseguirmos acordar a maioria social de que a Coordenadora Mariana Mortágua frequentemente fala!

Para conseguirmos transmitir as nossas ideias de forma eficiente, todes es jovens precisam de se focar na ação local interna e externa, recorrendo a novos meios e aos meios que já utilizamos, como: criação de conteúdo, análise de situações políticas locais, organização e/ou participação em manifestações e concentrações, participação nos órgãos internos do Bloco, distribuição de propaganda, entre outras formas.

Precisamos, na minha opinião, de 4 pilares para conseguir construir uma base ativa que seja não só presente, como preparada! Apresento-os aqui:

Mentoria

Estabelecer, onde for possível, um programa de mentoria ou oficinas recorrentes de capacitação, onde jovens mais experientes podem orientar es jovens inexperientes em relação ao ativismo e envolvimento cívico. Assim, todes jovens poderão organizar petições, escrever cartas para os media de forma correta e envolverem-se na política estrutural local de forma mais preparada.

Teoria Política

Incentivar o consumo crítico de média política e social, como livros, podcasts e filmes, quer sejam de ficção ou documentários. Devemos incentivar também a criação de conversas regulares sobre a análise de vários elementos midiáticos, presencialmente (nas sedes, por exemplo), ou online, caso a mobilidade seja difícil, ou caso seja necessário juntar várias concelhias para conseguir um número razoável de camaradas a participar.

Criação de Conteúdo

Promover o jornalismo local. Es jovens do Bloco devem ser incentivades a investigar e relatar

sobre questões locais e nacionais. Seja a partilha feita nas estruturas existentes como o esquerda.net ou noutros websites independentes que podem ser usados para o efeito!

Temos de criar canais de youtube, blogs, podcasts que espalhem a nossa maneira de pensar!

Brigadas de propaganda

Seria positivo tornar a distribuição de material físico propagandístico em algo mais frequente e com uma maior mobilização. Os grupos de entrega de panfletos, por exemplo, devem ser estratégicos nas localizações onde entregam, na hora de entrega e no número de pessoas a entregar. Acho também, que uma forma de identificação física como um laço, bandana, luva ou pin, possa ajudar a criar a imagem de força *coletiva*.

Combater a precariedade na habitação, intensificar a luta de classes

Ana Durães, Daniel Borges, João Carvalho, Rodrigo Machado

A crise de habitação que já se vem a sentir há vários anos, consequência das políticas neoliberais sobre o mercado imobiliário e de uma lógica de turistificação das cidades, intensificou-se no pós-pandemia com o disparo dos juros - fruto da política monetária à lagardère - e com o contínuo aumento das rendas, enquanto os salários de quem cá trabalha são engolidos pela inflação.

Em vez de limitar os alojamentos locais, acabar com as borlas fiscais para os fundos imobiliários, controlar rendas, reabilitar e aumentar o parque público habitacional e disponibilizar mais alojamento estudantil, o Governo escolhe, através do pacote Mais Habitação, sustentar a crise, subsidiar rendas especulativas e os lucros da banca, e continuar a servir os interesses dos grandes grupos privados.

Esta crise tem efeitos particulares nas camadas mais jovens: o primeiro é a dificuldade do acesso ao ensino superior para estudantes deslocados, que afeta principalmente famílias de classe trabalhadora em pequenas cidades onde não existem alternativas locais de ensino superior público, e para quem cada vez mais colocar os filhos e filhas a estudar em cidades é uma impossibilidade pelos preços absurdos das rendas.

Simultaneamente, instala-se uma precariedade habitacional que impede jovens trabalhadores e trabalhadoras de se emanciparem financeiramente das suas famílias, forçando-os a permanecer na casa dos pais e adiando as suas perspetivas de desenvolver a sua independência.

A ganância do negócio imobiliário e do turismo que se apodera das nossas cidades expulsa-nos dos nossos círculos, despejando associações, coletivos, redes de apoio mútuo e espaços comunitários. Espaços onde organizamos as lutas todas, onde partilhamos debates, onde construímos a cultura coletiva da nossa geração. As ruas deixam de ser um reflexo dos nossos valores e ambições, transformando-se em meras montras para nómadas digitais e super-ricos.

Combater a crise de habitação que hoje vivemos é fundamental não só para garantir o acesso universal ao ensino superior, o direito à cidade e para acabar com a

precariedade habitacional, mas também como fator de intensificação da luta de classes e de disputa da relação de forças na sociedade portuguesa.

Os jovens devem ter um papel central na luta pela habitação e no movimento social, desenvolvendo formas de oposição através do movimento estudantil que afirmem uma alternativa anticapitalista e consigam juntar uma maioria social em torno do falhanço das políticas do centro à crise da habitação.

Estaremos mesmo “Unidos na diversidade”?

Diogo Mira

A partir do ano 2000, com viragem para um novo milénio, a União Europeia (EU) adotou como lema oficial a expressão “Unidos na diversidade”, pois evoca a forma como os povos europeus se uniram e formaram a UE para trabalhar em conjunto pela paz e prosperidade, sem nunca esquecer a enriquecedora diversidade de culturas, tradições e línguas que caracteriza o continente europeu.

A União Europeia é composta por 27 Estados-membros, todos com culturas e características muito distintas. Albergando quase 450 milhões de pessoas, a União Europeia deveria representar um espaço livre, democrático e justo para quem nela reside. Sendo um espaço reconhecidamente multicultural, a União Europeia não deveria discutir sobre as transformações culturais que são um resultado das vagas migratórias compostas por pessoas de diferentes partes do mundo. Se enquanto povos europeus conseguimos lidar com as diferenças que nos tornam únicos, também deveríamos ser capazes de conviver e aprender com aqueles que, vindos de contextos culturais distintos, decidiram tornar a União Europeia na sua casa.

Existe uma verdadeira desconexão entre a prática e a propaganda que as instituições europeias procuram transmitir. No Tratado da União Europeia (TUE) estão assinalados quais são os valores que norteiam o funcionamento desta organização supranacional – a atividade da união pauta-se nos “valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias” (TUE, art. 2º).

No entanto, a prática mostra a incoerência do Projeto Europeu, evidenciando a inexatidão das suas palavras. Ao mesmo tempo que as instituições europeias apregoam o paradigma do neoliberalismo, provocando o aumento das assimetrias entre os diversos países, a UE é também composta por Estados-membros que não respeitam esses mesmos valores. A Hungria e a Polónia são exemplos inequívocos de Estados-membros cuja atividade constitui um verdadeiro e sistemático atropelo dos valores e princípios da União. Assim, o pluralismo, a não discriminação, a tolerância e solidariedade que deveriam reger os países europeus, nada mais são do que meras ilusões.

De acordo com as fontes oficiais, a União Europeia é um dos principais doadores de ajuda humanitária em todo o mundo, doando milhares de milhões de euros para os Estados e povos que se encontram em situações de vulnerabilidade. Contudo, em muitos casos, esta ajuda humanitária nada mais é do que uma ferramenta utilizada pelas instituições europeias para

cumprir uma agenda obscura, baseada no racismo e xenofobia – impedir os os fluxos migratórios, promovendo, assim, a construção de uma fortaleza. Estima-se que os fundos de desenvolvimento concedidos pela União Europeia estejam a ser utilizados para obstaculizar a migração, cuja origem reside, muitas vezes, na instabilidade decorrente dos conflitos criados por alguns dos países que compõem a União. Assim, a UE condena milhares de pessoas em todo o mundo à insegurança e à pobreza, privando-os da oportunidade de terem uma vida digna e estável.

No rescaldo do ataque do Hamas a Israel, um comissário da Comissão Europeia prontamente anunciou que a UE iria cortar os fundos de apoio à Palestina, o que provavelmente significaria uma sentença de morte aos milhões de palestinianos que dependem do auxílio da União Europeia. No entanto, esta tomada de posição da Comissão Europeia constituiu uma violação clara dos tratados fundadores, agindo fora daquelas que são as valências que lhe foram atribuídas, sendo um verdadeiro atropelo institucional, pelo que a decisão foi rapidamente contestada por vários Estados-membros e rapidamente revertida.

Assim a União Europeia mostra a sua falta de legitimidade e democracia. Urge retirar aos tecnocratas europeus o direito de agirem em nome de milhões de pessoas, especialmente em áreas tão sensíveis como a de decidir se um povo tem direito a sobreviver ou não. Importa ainda refletir sobre o Parlamento Europeu, a única instituição composta por membros eleitos diretamente pelos povos europeus. Contudo, a ação desta instituição é consideravelmente limitada, assumindo, muitas vezes, a função de um órgão consultivo e sem poder de decisão final. O processo de tomada de decisões no âmbito da UE é opaco e complexo, marcado pelo défice democrático. Assume-se fundamental garantir a democratização das instituições da União Europeia, de modo a garantir que os habitantes do território europeu estão no centro da atividade política da UE.

Está na hora de cumprir com os valores europeus, abrindo as portas àqueles que quiserem residir na Europa, como também é o momento para se cultivar a solidariedade internacional e o respeito pelas diferenças culturais e étnicas, não se restringindo apenas às diferenças que se fazem sentir entre os povos europeus. É fundamental rejeitar os egoísmos nacionalistas e os discursos de ódio, com o verdadeiro objetivo de estarmos verdadeiramente “unidos na diversidade”.

Onde estamos no combate antirracista?

Aliyah Bhikha

Enquanto jovens socialistas e anticapitalistas, devemos lutar contra todos os tipos de discriminação e opressão. Vivemos tempos de crescimento político da extrema-direita, efeito que se sente na vida pública em praticamente todos os países europeus.

Em Portugal, vemos como os tribunais podem ser usados pela extrema-direita para perpetuar um sistema de injustiça, de falta de responsabilização e uma política de ódio. Em França vemos cada vez mais o ataque às comunidades minoritárias e imigrantes, muitas vezes influenciado por estigmas e preconceitos religiosos. Estes dois casos não são alheios aos restantes países europeus, e tem semelhanças com o que também acontece neles. A União Europeia, por sua vez, continua a falhar nas suas políticas migratórias, deixando à margem jovens que fogem de uma situação de conflito e instabilidade, à procura de segurança.

Urge combater não só as várias manifestações de racismo quotidiano, mas também o racismo institucional e estrutural. Devemos continuar a luta por uma descolonização efetiva da sociedade, começando pelos manuais escolares, por maior apoios à estudantes racializados e por uma oposição expressiva a modelos de ensino segregacionistas e desmotivadores. Devemos estar ao lado dos estudantes internacionais, contra a sua mercantilização no ensino superior, ao lado dos estudantes imigrantes na defesa do emprego e do salário digno, e junto de todas as pessoas jovens negras na exigência da sua dignidade.

Devemos ser intransigentes na defesa das pessoas negras, ciganas e imigrantes contra a brutalidade policial, nos bairros periféricos e nos grandes centros urbanos, estes corpos fazem parte da cidade, fazem parte da nossa memória e merecem um espaço seguro de existência.

O comité anti tortura do Conselho da Europa, lançou em Fevereiro de 2018, um relatório, que revela que Portugal é dos países da Europa Ocidental com o maior número de casos de violência policial. O comité acusa também Portugal de discriminação, dizendo que os riscos de abusos são maiores para pessoas racializadas e imigrantes.

Mantemos viva a memória de pessoas como Alcindo Monteiro, Bruno Candé, Giovani Rodrigues, Wilson Neto, Elson Sanches (Kuku), Nuno Manaças, Musso Borges, e tantos outros, mortos pelo racismo, por eles e por tantos outros e outras é que lutamos e devemos reforçar a nossa luta. Também pelo combate ao ódio, e na exigência de justiça para pessoas como a Cláudia Simões, Mamadou Ba e as famílias do Bairro da Jamaica. Não esquecemos os seus nomes, não invisibilizamos as suas vidas, combatemos por elas e com elas.

Não esquecendo que as famílias que são mais desproporcionalmente afetadas pela atual crise da habitação, são famílias monoparentais, mais pobres e sobretudo de comunidades racializadas, como vimos no Bairro da Jamaica, no Bairro do 2º Torrão e no Bairro do Talude.

Do que tem medo o Instituto Nacional de Estatística? quando censo após censo recusa a inclusão de uma questão sobre a pertença étnico-racial da população. Sem dados estatísticos, não é possível criar e desenvolver políticas públicas, ter uma intervenção social específica e forte ou fomentar mecanismos que potenciem a igualdade de oportunidades. Esta é também uma luta que não podemos abandonar.

Enquanto jovens cabe-nos dinamizar e estimular o pensamento e a criação de ideias livres, através de conversas, formações e outros momentos, nos quais em plataformas abertas discutimos a fundo questões relacionadas com o racismo de modo a fortalecer o comprometimento com o combate antirracista.

Cabe-nos também refletir e pensar na ausência que vemos nas estruturas dos jovens de pessoas racializadas, e porque é que não estamos a chegar a estes jovens e em como podemos chegar a eles. Enquanto jovens do Bloco temos de quebrar a barreira entre a intervenção política ativa e jovens racializados, devemos mostrar que existe um campo à esquerda que tem um lugar para estes jovens, que os vê, que tem abertura para os ouvir e para os incluir na sua militância e direção partidária.

O antirracismo é uma construção e não um dado adquirido, é uma prática quotidiana e um compromisso permanente. Devemos ter um programa político que se executa e reajusta a necessidade de cada combate, não basta apenas um manifesto, é preciso ação e organização constante para alcançarmos a igualdade entre todas as pessoas.

Estudar Direito com Direitos

Aliyah Bhikha, Francisco de Jesus, Vasco Ruela

Da Introdução ao Direito

A alegria de quem se quer dedicar ao estudo do Direito termina aquando da sua entrada na faculdade. Depois de congratulada por toda a gente, dá por si num modelo de ensino arcaico e dispendioso, onde perduram vícios herdados da ditadura fascista do Estado Novo. Nota que as suas esperanças de encontrar um ensino democratizado e acessível são frustradas pela incapacidade de fazer face às suas despesas. Nota que estuda uma Constituição tão garantística de direitos por cumprir. Lê o artigo do Direito à Habitação e pensa na renda que tanto lhe pesa na carteira. Lê o artigo do Direito à Saúde, e pensa no subfinanciamento do SNS e nas filas de espera para uma consulta. Lê o artigo da Igualdade, a pensar em todas as pessoas que são discriminadas diariamente.

Das leituras

O estudo do Direito envolve uma extensa leitura de códigos e de manuais. A precariedade estudantil passa por isto também: não só de propina é feita a pressão no orçamento das famílias que têm estudantes no Ensino Superior. Quando dizemos a quem estuda que, para ter êxito, tem de adquirir um manancial de livros caros, dizemos que o seu sucesso se prende na sua condição económica.

Os apoios já são uma história antiga, são insuficientes e muitas vezes inexistentes. Não é com 87€ de bolsa mínima mensal que se pagam os manuais de 60€ cada um. Estudantes de Direito já não entram nas *Almedinas*, nas *Fnacs*, nas *Bertrands*. Entram nas bibliotecas, de onde muitas vezes saem de mãos vazias, já que os colegas já requisitaram os manuais e não chegam para toda a gente. Entram nas reprografias que vendem cópias ilegais, já que é a única forma de conseguirem ter acesso ao que, por serem estudantes, devia ser o seu direito. É até irónico ter estudantes que deveriam aprender a aplicar a lei, a ter de quebrá-la desde o início da sua formação.

Esta segunda alternativa coloca mais um problema, o da utilização sigilosa, já que o professor X não pode ver que, por ter livros a 80€, o seu precioso manual é reduzido a um conjunto de fotocópias encadernadas. Não pode quem estuda levar o seu “manual” para o exame, com medo de ofender o docente com a sua incapacidade económica. Deveria quem estuda ter esta preocupação? E desde quando é que nos preocupamos com os direitos de autor, quando o direito à educação fica por cumprir?

Da revolução na Faculdade

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDL) tem uma ligação estreita com a luta antifascista. Em plena crise académica, entra nesta faculdade José Ribeiro Santos. Ribeiro Santos começa desde cedo a sua luta no movimento estudantil antifascista, aos 26 anos, é já um veterano das lides associativas. Apenas dois anos depois do seu ingresso nesta faculdade tem a sua primeira referência na PIDE. Como membro do grupo de estudantes de Direito “Ousar Lutar, Ousar Vencer” é eleito para a direção da Associação de Estudantes. Em 1969, Ribeiro Santos chegou a estar suspenso pela interrupção de frequências. Pouco depois, o Ministério da Educação manda encerrar a AE.

A 12 de outubro de 1972, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no decorrer de um encontro de estudantes contra a repressão e pela liberdade de expressão, um membro da PIDE-DGS infiltra-se. A PIDE é então contactada e dois agentes dirigem-se à faculdade. Os agentes dizem não reconhecer o colega, mas querem levá-lo consigo. Instala-se a confusão na faculdade e um grupo de estudantes avança sobre os agentes da PIDE. Um dos agentes da PIDE dispara contra os estudantes e atinge José Ribeiro Santos nas costas. Nessa mesma noite, centenas de estudantes aprovam a paralisação da Universidade e a ida em massa ao funeral. Este momento marca todo o movimento estudantil antifascista que se segue, tornando Ribeiro Santos numa referência militante do movimento antifascista e da luta contra a ditadura.

50 anos depois, em junho de 2022, vem a FDL anunciar a abertura da “Sala-Museu Professor Marcelo Caetano”, tratando-se de um espaço de celebração e de homenagem acrítica do último ditador fascista português. Nesta sala, a figura de Caetano é branqueada e polida pela Faculdade. Celebra-se o seu contributo para o Direito e apaga-se o seu papel central no Estado Novo. Ao mesmo tempo, o 2º maior anfiteatro da faculdade serve como mais uma homenagem ao ditador. A fotografia de Ribeiro Santos, que se encontra na entrada da faculdade, e o seu legado contrasta com a manutenção e celebração da figura fascista, que tutelava a polícia política que o matou.

É urgente fazer entrar o 25 de Abril nas faculdades de Direito.

Da Ordem dos Advogados

Em 2021, sentiu-se o primeiro ataque àquilo que seria a oportunidade de jovens estudantes ingressarem no estágio à Ordem dos Advogados. Levantou-se a ideia de

ser necessário, como requisito obrigatório ao ingresso no estágio o mestrado. Isto revelou-se bastante preocupante e teve resistência por parte das Associações de Estudantes e Movimentos Estudantis, o que nos leva a uma luta ainda mais antiga, a luta contra a propina. A propina do mestrado é em média na Universidade de Lisboa 1200€ e na Universidade Nova de Lisboa 5000€, uma diferença gritante quando comparada ao preço da licenciatura, que é cerca de 700€.

A exigência do mestrado e o preço exorbitante que se paga pelo mesmo representa uma tentativa de elitizar o estudo, e o acesso ao direito. Das várias dificuldades dos estudantes no Ensino Superior, a propina afigura-se como uma das principais, então, quando se equaciona pagar cerca de 1200€ (UL) ou 5000€ (UNL) por um mestrado sem ter a possibilidade de trabalhar para pagar o mesmo, que é a realidade para muitas pessoas recém-licenciadas em direito, sufoca-se quem almeja acessar a profissão.

Ao custo do mestrado acrescenta-se ainda o custo de ingresso na Ordem dos Advogados, que totaliza cerca de 950€.

Na altura, o antigo bastonário, Luís Menezes Leitão, afirmou que esta medida seria “para melhorar a classe e que a formação académica exigida para o exercício da advocacia seja idêntica à exigida para o acesso à magistratura”. Isto, desde logo, demonstra a ideia de que o exercício da advocacia se deve separar das restantes e que deve ser elitizada.

Ainda que a atual bastonária da OA se apresenta como uma figura mais defensora daquilo que tem vindo a ser as reivindicações de estudantes de direito, é importante relembrar que isto não é constante ou permanente, e que é uma disputa constante sobre a qual devemos estar sempre com atenção.

Da Crise do Direito

Enquanto estudantes, devemos revoltar-nos quando vemos que onde devíamos mais aprender sobre justiça e igualdade, é nos ensinado o oposto. Qual é então o verdadeiro propósito do Direito, quando estamos em faculdades cada vez mais liberais, conservadoras e viradas apenas para a internacionalização e não inclusão?

É também nas faculdades de Direito onde encontramos casos inaceitáveis de racismo, assédio, discriminação e xenofobia. A faculdade deve ser sempre um espaço seguro, e é sobretudo nas faculdades de Direito onde se deveria fomentar o cumprimento da lei.

É dever, em especial destes estudantes, exigir um compromisso com a democracia, com a igualdade e com a justiça.

Jovens do Bloco

Como jovens estudantes, socialistas e anticapitalistas, devemos estar presentes nas faculdades, apoiar e integrar os diversos movimentos pela defesa do direito à educação, seja na sua forma mais global, no combate contra propina, pelo direito à habitação, como na sua forma mais específica como as diversas dificuldades elencadas por quem estuda nas faculdades de Direito. É aqui onde também se faz a revolução e luta-se por fazer cumprir o 25 de Abril.

O ecossocialismo como alternativa para ter futuro

Andreia Galvão, Daniel Borges, Miguel Martins

Entrámos na ‘era da ebulição’, disse o secretário-geral da ONU. E no entanto os mercados não têm qualquer interesse em avançar para uma transição ecológica que reduza a emissão de gases com efeito de estufa ou impeça o agravamento das alterações climáticas. Numa altura em que não é claro se já ultrapassamos a meta estipulada de 1.5°C para impedir que os ecossistemas do planeta comecem a falhar, os lucros das petrolíferas e das empresas de energia sobem e os trabalhadores vêem-se aflitos para pagar a conta da luz.

É a mesma crise - mais uma consequência do sistema capitalista em que vivemos e da lógica extrativista que este opera. Durante anos os grandes grupos económicos esconderam as consequências das suas ações e exploraram os recursos naturais do planeta como bem entenderam, agora pagamos nós a fatura.

A relação entre juventude do Norte Global e as alterações climáticas é inevitável. Entre a eco-ansiedade, a militância frenética e a desesperança, sabemos que é este o mundo que estamos a herdar. Alia-se a essa instabilidade as outras instabilidades da liquidez de uma sociedade onde o estado social vai desabando, sem promessas para o presente e para o futuro. É cada um por si.

Sem saber como o futuro se desenrolará, os jovens procuram desenvencilhar-se desta sina e dirigem-se em direção ao movimento. São várias as táticas, desde o bloqueio de estradas, do conselho de ministros ou a acusação de trinta e três países em tribunal. De uma forma ou outra, melhor ou pior, estes jovens procuram o mesmo: um reequilíbrio ecossistémico, o fim da indiferença planetária.

A alternativa ecossocialista é a única que nos permite construir um movimento de massas que agregue todas as expressões de insatisfação social e climática com o sistema em que vivemos. E terá de ser mais do que apaziguamento: terá de ser uma solução que garanta justiça entre classes sociais e uma vida boa para as gerações que virão, não nos entregando ao caos da crise climática. Implica a construção de alianças reais e concretas, entre os setores laborais, as forças militantes progressistas e de esquerda, o restante movimento social e a opinião pública.

O Bloco tem de reivindicar este lugar à mesa de discussão, especialmente no espaço da disputa da militância jovem. Não podemos não construir essas sinergias e dedicar uma parte do esforço militante à causa que vai mobilizar o fundo da política nacional e internacional, tem de fazer parte

de um objetivo estratégico. O que fazemos agora importa muito para as gerações vindouras, também nós podemos deixar um legado de luta. Vamos a ela!

Luta queer: caminho a percorrer cá dentro para mudar o mundo lá fora

Ana Correia, Andreina Zarega, Bea Damas Moraes, Cristiana Pereira Mendes, Cristiana Moita, Gustavo Magalhães Mourinho, Maria Carlos Pacheco, Madalena Pacheco

A causa LGBTQIA+ continua a ser uma das principais preocupações do Bloco de Esquerda. Se no início do milénio o Bloco foi essencial na oficialização do casamento entre casais gays e lésbicos, adoção por parte destes mesmos casais e até na construção de um ambiente social em Portugal mais favorável à existência de pessoas queer, hoje as nossas lutas são completamente diferentes. Esta nova geração de ativistas queer foi capaz de levar à discussão pública assuntos como o acesso de pessoas trans a cuidados de saúde, a existência de pessoas não-binárias e a necessidade de uma linguagem que não só seja inclusiva para pessoas não-binárias, mas também destrua os padrões patriarcais assentes na língua portuguesa. Sem esquecer a resistência aos conservadores que nos querem tirar estes direitos tão recentemente adquiridos.

Mas estes debates não podem acontecer apenas dentro da segurança dos Jovens do Bloco. Está na altura de levar as novas exigências do movimento LGBTQIA+ para as ruas e para todos os diferentes grupos e núcleos do Bloco.

Mas antes de levarmos o nosso projeto de inclusão para fora do Bloco, é preciso reconhecer o longo caminho que ainda falta percorrer em matéria de inclusão cá dentro. Não podemos aceitar que a comunicação interna dos Jovens do Bloco seja ambígua, como foi a própria convocatória desta Conferência, usando o sistema elu/delu nos e-mails e usando “eles/elas” no regulamento, entre outras situações. Para que possamos lutar por uma linguagem inclusiva, temos primeiro de a tornar o padrão na comunicação da CNJ e mostrar ao restante Bloco de Esquerda que só assim seremos verdadeiramente inclusivos e verdadeiramente progressistas.

Não só de lutas ou de exigências comuns se constrói uma comunidade. Uma comunidade constrói-se através de partilha mútua de experiências, de confraternizações seguras e livres de julgamento, de debate construtivo e especialmente de espírito de camaradagem. Neste aspeto, a CNJ atual teve a difícil tarefa de organizar o Acampamento Liberdade após quatro

anos impossibilitada de o fazer. Convívios como este lembram-nos de como uma sociedade em que todas as identidades são aceites pode mesmo existir e o quão bem nos sentimos numa sociedade assim. A um nível mais abrangente, iniciativas como o Fórum LGBTQI+ devem continuar a ser incentivadas por abrirem a porta a discussões mais complexas e fundamentais, que geralmente não são abordadas em debates mais abrangentes.

Não podemos, também, esquecer que cada vez mais olhamos em volta e existem tentativas de retroceder em matérias de direitos LGBTQIA+, quer a nível político, quer a nível social. Disto é exemplo os claros ataques mediáticos a jovens trans na discussão relativa às casas de banho escolares. Mais do que nunca temos de voltar às escolas e mostrar que ser-se queer e jovem é possível em Portugal. Mais do que nunca temos de exigir que estas pessoas recebam educação sexual, tratamentos médicos e condições de higiene que merecem, especialmente nas escolas.

As pessoas que subscrevem este texto de contributo reconhecem que para atingir estes objetivos teremos de passar da ideologia à ação. Achamos necessário passar a utilizar o sistema “elu/delu” em todas as comunicações da CNJ e des Jovens do Bloco, bem como contribuir para que esta se torne a norma em todo o Bloco com recomendações para os órgãos nacionais e sessões de linguagem inclusiva nas diferentes sedes.

Por último, acreditamos que este mandato vai ser marcado pela luta pelo reconhecimento legal das novas questões LGBTQIA+ (como a existência de pessoas não-binárias, acesso a cuidados de saúde inclusivos e de qualidade para todes, etc.). É para nós uma prioridade sair dos nossos meios e ir para as ruas falar sobre género, educação sexual inclusiva e todas as nossas outras reivindicações. Este deve ser o tema de uma das nossas próprias campanhas.

A necessidade de uma CNJ organizada, comunicativa e transparente

Ana Correia, Andreina Zarega, Cristiana Pereira Mendes, Cristiana Moita, Gustavo Magalhães Mourinho, Maria Carlos Pacheco, Madalena Pacheco

Não há dúvida de que a CNJ sofre, desde sempre, um grande problema de organização. A informação presente na secção de jovens do bloco.org mostra-nos uma coordenadora com dificuldade em tornar-se mais do que a comissão que organiza o Acampamento Liberdade e o Inconformação. Estes são obviamente pontos principais dos seus mandatos, mas acreditamos que pode ser bem mais do que isso.

Para conseguirmos incluir todes es camaradas, até mesmo aqueles que vivem no interior mais profundo, ou com menos disponibilidade para participar num evento nacional, teremos de abrir a CNJ. Só com uma democracia e transparência plenas teremos uma CNJ que cumpre o propósito dos seus mandatos.

Enquanto jovens que acreditam no socialismo não nos podemos conformar com estas injustiças. A organização tem de ser o nosso meio para não normalizar situações que têm acontecido no dia-a-dia dos Jovens do Bloco. Não podemos aceitar que jovens aderentes queiram abandonar o Bloco, porque se deparam com pequenas concelhias, às quais não pertencem mais jovens. Não podemos aceitar a desigualdade que hoje existe na atividade dos Jovens do Bloco nas diferentes regiões. Cada uma destas situações é, e tem de ser vista, como uma perda para este grupo.

Pensemos agora na realidade de vários grupos de jovens em todo o país. Lisboa e Porto sempre tiveram uma grande representação na CNJ, o que lhes permitiu ter uma forte atividade em coordenação com as vertentes nacionais do Bloco. O grupo de Coimbra passou por algo completamente diferente. O crescimento repentino deste grupo obrigou a uma maior organização, que levou à criação de várias iniciativas únicas no país, como as sedes de lutas. Pensemos agora nos Jovens do Bloco de Bragança. Estas pessoas nunca estiveram representadas na CNJ e também não estarão neste mandato. São também um grupo pequeno, pelo que não é justo pedir que se organizem, como aconteceu com o grupo de Coimbra. Estes jovens merecem sentir-se representados nos Jovens do Bloco, é exatamente isso que exigimos.

Seria fácil criticar sem procurar respostas, mas estes problemas têm soluções em que pensamos e pensámos e que estão presentes na atual moção e moções anteriores. Assim, achamos essencial recuperar propostas da moção do mandato anterior, nomeadamente o regulamento da CNJ e a existência de coordenadoras regionais de jovens. Acreditamos que este regulamento é de extrema urgência já que definiria inequivocamente as competências e atuação da CNJ, facilitando o contacto com a coordenadora e facilitando a sua atividade. Já a existência das coordenadoras regionais aumentaria a coesão nacional no grupo de jovens, permitindo que todes es camaradas sejam lembrades na criação de convívios e eventos, independentemente das condicionantes geográficas.

Acrescentamos, ainda, propostas de fácil execução, como: abrir as reuniões da CNJ para jovens aderentes que tenham interesse em assistir à discussão interna que existe no grupo de Jovens do Bloco e até intervir, quando possível e útil, permitindo manter todes es camaradas em ligação direta com o grupo e expandir a discussão e participação; publicação de minutas simples, logo após as reuniões, à semelhança do que ocorre com a Mesa Nacional, com efeito semelhante à proposta anterior.

Sabemos que os últimos dois mandatos foram atribulados pelos vários motivos que já conhecemos. Este texto de contributo não culpabiliza a CNJ por estes problemas, mas está na altura de olhar para esses tempos difíceis de forma crítica e procurar soluções. Esse é o nosso objetivo.

Organização estudantil: o todo e as partes

Duarte Graça

O movimento estudantil tem muitas formas e dimensões, algumas usualmente mais valorizadas que outras. Partindo deste pressuposto, é necessário afirmar que, como em qualquer dimensão da vida, tudo é mais consistente e bem estruturado quanto mais nos aproximarmos de uma visão holística das coisas.

Portanto, querendo nós, enquanto grupo de trabalho direccionado à mobilização e ativismo político de jovens, potenciar e capacitar a participação estudantil, tendo consciência de que o cenário ideal de máxima consciencialização e participação será dificilmente atingível, devemos, em todo o caso, tê-lo como horizonte.

Note-se, antes de mais, que não se pretende, de forma alguma, controlo ou apropriação de organizações ou lutas estudantis. Quem estuda tem toda a capacidade de auto-determinação e fará uso do conhecimento e experiência que forem disponibilizados no âmbito da atividade da organização de jovens interna ao Bloco como entender dever aplicar - é isto que é compatível com a identidade e praxis do Bloco. Trata-se, então, de, enquanto aderentes, militantes do Bloco organizados entre jovens, compreendermos e aplicarmos o princípio de que um partido político tem, também, uma função de potenciação e mobilização cívica e social, seja interna, seja externamente.

Avançando a partir desta constatação de objectivo, é essencial reconhecer que as múltiplas formas de participação, organização e intervenção estudantil, ainda que com propósitos e graus de consequência diferentes, são todas importantes. Não pretendendo apresentar uma lista exaustiva, enumero algumas que conheço e cuja relevância compreendo, para ilustrar, concretamente, o que referi anteriormente:

Ensino Superior

- Organização autónoma: núcleos de estudantes (de cursos, científicos, culturais, feministas, LGBTQIA+, anti-racistas), associações de estudantes, federações ou associações académicas;
- Participação na gestão democrática institucional (por eleição direta, indireta ou nomeação): Comissões de Acompanhamento de cursos, Conselhos de Representantes e Conselhos Pedagógicos de unidades orgânicas (faculdades ou escolas), Conselhos Gerais e Senados de universidades ou politécnicos.

Ensino Secundário

- Organização autónoma: núcleos de estudantes (de cursos, científicos, culturais, feministas, LGBTQIA+, anti-racistas) ou associações de estudantes;
- Participação na gestão democrática institucional (por eleição direta, indireta ou nomeação): delegades de turma e Conselhos Gerais das escolas.

Perceberíamos, só desta lista, mesmo não tendo conhecimento à partida, que a dinâmica estudantil é, de facto, complexa. Muito trabalho exigiria acompanhar todas estas estruturas a todo o momento. Seria, aliás, quase impossível. Ainda mais aparentemente inexecutável seria

Novas Bases Ativas na militância de Coimbra - Uma análise ao recente crescimento militante

Damas Morais

À semelhança do que acontece em muitas outras concelhias/distritais do país, o Bloco de Coimbra era marcado pela presença de certas bases ativas mas de pouca militância jovem. A entrada de pessoas jovens não recebia a atenção que merecia. A dificuldade na comunicação fazia com que esta se resumisse a convites para fazer colagens, distribuições em certas épocas eleitorais e, por vezes, o lançamento de um livro.

Com as últimas eleições legislativas, muito mudou. Vieram pessoas de outras cidades para Coimbra e camaradas pouco ativos começaram a envolver-se mais. Com este pequeno ressurgimento de movimento interno, associado à nova motivação encontrada nos aderentes jovens de Coimbra, a criação de eventos e mobilização para protestos ganhou uma nova vida.

O evento “*Sede de Lutas*”, idealizado em setembro de 2022, contribuiu de forma muito relevante para o crescimento e mobilização dos jovens em Coimbra. O que aparenta ser apenas um jantar e debate é, realmente, uma arma de camaradagem onde qualquer jovem inativo com vontade política de esquerda pode, numa única noite, ser introduzido às bases ativas, às perspectivas dos camaradas e à sede do partido.

Ao longo das três edições - “Sede de lutas: Vem conhecer a sede e matar a sede”, “Sede de lutas: A habitação não tem de ser um filme de terror” e “Sede de lutas: LGBTQIA+” - o grupo de base ativa do Bloco em Coimbra teve um incremento que antes parecia impossível. Com uma grande variedade de idades, desde os 16 a maiores de 25, de pensamento e de identidade, podemos encontrar agora em Coimbra uma base renovada de jovens que se encontram disponíveis para a realização política, para a militância partidária, para a distribuição de panfletos e para ajudarem a construir novas sedes de luta.

Para compreender a diversidade encontrada no grupo de jovens de Coimbra é preciso reconhecer todo o contexto que nos envolve. Coimbra continua a ser um ponto de encontro para jovens de todo o país, motivada pela Universidade e todas as questões que envolvem a vida académica. Assim, integramos camaradas de todas as regiões do país e com áreas de formação que vão muito para além das habituais ciências sociais encontradas dentro do Bloco.

A principal dificuldade que encontramos com este crescimento foi na distribuição das tarefas

que mantêm este grupo unido. Com a nova atividade a acontecer, motivada pelas poucas pessoas iniciais, é essencial que, no futuro e noutras partes do país, seja revista a maneira como as responsabilidades são divididas, de forma a criar um ambiente não tóxico, descentralizado e o mais equilibrado possível.

Não podemos tomar este crescimento como garantido. O núcleo de Coimbra e os restantes núcleos precisam de continuar a movimentar-se de forma a manter este incremento na militância e participação cívica. O próximo passo será o melhor acolhimento de novos aderentes e a continuação da organização de momentos de camaradagem, como o “Sede de Lutas”.

A importância da organização de Jovens do Bloco de Esquerda

Iara Sobral, Leonor Rosas, Miguel Martins, Tomás Marques

Como cantava José Mário Branco, sabemos bem que “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”.

As condições objetivas que hoje definem a realidade são diferentes das que antes vigoravam: a pandemia da COVID-19 abalou o mundo, uma potência mundial invadiu um país aliado do Ocidente, o regime de apartheid encontra-se, no momento de escrita deste texto, a agravar a agressão ao povo palestino. Ainda assim, muito se mantém: a crise climática continua a intensificar-se, a crise económica que vivíamos atinge níveis sem precedentes, os salários continuam por aumentar, continuamos sem ter respostas por parte do Governo para a crise de Habitação que o país vive. Em suma, a situação política mudou, mas as condições objetivas apenas se agravaram: continuamos a ver o nosso futuro hipotecado, em risco de sequer existir.

Mas não baixamos os braços. Sabemos de onde vimos e para onde vamos: sabemos o que é lutar, sabemos que a mudança faz parte de nós e do nosso dia-a-dia. A luta pela transformação da sociedade é algo que nos mobiliza para os ativismos e para as ruas, em busca da construção de uma alternativa socialista ao neoliberalismo que destrói as nossas vidas, o nosso futuro e o próprio planeta.

Enquanto socialistas, sabemos que as condições objetivas são os alicerces da realidade em que vivemos. Mas sabemos também que a realidade não é imutável – muito pelo contrário, o desenvolvimento de mudanças, e até mesmo de uma sociedade alternativa, parte, por um lado, de quem possui os meios de produção e, por outro, das crises que as sociedades atuais enfrentam. O sistema capitalista, como se verifica ao longo da história, está em constante adaptação às mudanças do mundo, encontra-se também em permanente crise – um facto que não é novo. O capitalismo é um sistema falhado e que apenas tem como objetivo garantir que a burguesia continue a enriquecer à custa da vida das pessoas. No fundo, a normalização do conceito de mal necessário, em que a vida dos povos não é reduzida a meros sacrifícios, como se inevitáveis para permitir que uns poucos continuem a acumular a riqueza.

E qual é que deve ser a nossa resposta? Pese embora a existência de condições materiais, determinantes para o rumo da sociedade, a subjetividade dos povos não deixa de ser a chave para a mudança pela qual lutamos. A mudança não depende, única e exclusivamente, das

condições objetivas que definem a realidade, conforme Marx, Lenine e tantos outros pensadores já há muito afirmaram.

Surge, então, a importância da organização enquanto aspeto potenciador da transformação pela qual aspiramos e lutamos. A existência de um partido - o Bloco de Esquerda - que representa as pessoas, independentemente da sua classe, é fundamental para isso. Com consciência desse facto, a organização de Jovens do Bloco assume um papel central na mobilização para as lutas que travamos, assim como na construção de partido e da alternativa socialista que defendemos.

É necessário continuar a desenvolver trabalho junto das comunidades jovens, sejam estudantes do Ensino Secundário ou Superior, sejam jovens trabalhadores. A Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco tem que continuar a realizar campanhas que mobilizem as camadas jovens, levantando os temas que os mais inquietam. Este órgão deve assumir o seu papel coordenador, dando voz aos problemas e necessidades que os jovens enfrentam, através de uma comunicação (tanto física, como digital) que chegue até eles. Internamente, importa reforçar a articulação da estrutura. A Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco deve potenciar a organização dos jovens, na medida em que estes devem ser integrados nas várias estruturas do partido. Além disso, é essencial continuar a apoiar os vários Grupos de Trabalho de Jovens que existem pelo país, assim como contribuir para a criação de novos Grupos.

A Coordenadora Nacional de Jovens deve ainda continuar a mobilizar jovens para junto dos movimentos sociais, que grande parte das vezes são ponta-de-lança da transformação pela qual lutamos. O apoio das várias lutas que defendemos é algo que devemos continuar a fomentar, em busca da luta pela alternativa socialista que defendemos.

A história de toda a sociedade é a história da luta de classes. Os tempos mudaram, mas esta disputa está mais viva do que nunca, e intensifica-se cada vez mais. Cabe a nós, Jovens do Bloco de Esquerda, reforçarmos a nossa organização, tendo em vista a mudança e a transformação. Só assim será possível construir a alternativa pela qual lutamos.

Movimento LGBTQI+: anticapitalista e emancipatório

Beatriz Realinho, João Carvalho

Enquanto jovens militantes e ativistas do Bloco de Esquerda lutamos por uma agenda política que seja verdadeiramente LGBTQI+ anticapitalista, sabendo que temos desafios a enfrentar. Este ano tivemos o I Fórum LGBTQI+ do Bloco de onde nasceu um documento importante que faz uma análise bastante completa da história do movimento *queer* em Portugal, traçando linhas orientadoras de uma agenda política antiliberal e anticapitalista que reivindica mudanças estruturais, politizando as lutas pela emancipação dos nossos corpos, combatendo o cisheteropatriarcado. É a partir desta discussão política mais alargada que enquanto jovens do bloco podemos trabalhar e construir de forma coletiva uma agenda política que inclua todas, todos e todes.

As marchas como espaços revolucionários

Desde 2000 que o movimento LGBTQI+ tem saído à rua, mostrando a sua força, crescendo a cada ano que passa. Em 2023 tivemos 27 localidades do país a manifestarem o seu orgulho contra o conservadorismo, pelo direito a ser e a existir, reivindicando igualdade não apenas na lei como na sociedade.

Estes momentos de festa do nosso orgulho representam também momentos politizados, uma vez que trazem para o espaço público debates e reivindicações importantes para a nossa existência. Tal acontece quando se combate a lógica neoliberal e mercantilista que se tenta apropriar destes espaços, passado tal pela construção coletiva de um movimento anticapitalista e emancipatório, que represente e inclua todas as pessoas ao falar de: saúde, educação sexual, habitação, direito ao trabalho e combate à precariedade.

Um dos próximos desafios que enfrentamos é Lisboa ser a capital do Europride 2025. Este é um desfile comercial que separa participantes de quem assiste, sendo uma ode ao consumo e dissociado de reivindicações de transformação política, protagonizado por empresas que não nos representam nem são impulsionadoras dos nossos direitos. É preciso pensarmos desde já como é que vamos resistir aos efeitos do Europride, pois a colonização dos nossos espaços pelo mercado nunca é democrática.

A ousadia de querer uma casa para viver

O aumento incontrolável dos preços das casas e das rendas, assim como a diminuição da oferta habitacional a favor do consumo turístico, faz com que sejamos atiradas para a crise da habitação a que assistimos. Quando as rendas custam mais que um salário faz com que querer uma casa com condições para viver seja uma ousadia. E tal como em todas as crises

as pessoas em situação de maior vulnerabilidade são marginalizadas, invisibilizadas, sendo que enquanto pessoas LGBTQI+ sabemos que parte da nossa população se encontra nesta situação.

As situações em que nos encontramos são múltiplas. A pandemia fez com que muitos de nós tivéssemos que voltar para casas de contextos familiares violentos, devido à não aceitação de quem somos, e a crise na habitação faz com que tenhamos que permanecer por lá. Tal cenário cria situações de isolamento social, de violência, que provoca retrocessos nos processos de descoberta e autodeterminação. Mesmo fora de casa de familiares esta crise pode colocar-nos em situações de coabitação opressivas, condicionando as nossas vidas.

Vários destes problemas também se fazem sentir logo desde cedo na adolescência, pois muitos jovens LGBTQI+ são expulsos de casas dos pais, o que cria situações ainda mais vulneráveis numa altura crucial das suas vidas, dificultando o acesso à habitação e ao trabalho.

Com os dados referentes a pessoas em situação de sem abrigo percebemos que a desigualdade no acesso à habitação é bastante notória, sendo as pessoas trans o grupo com maior possibilidade de não ter uma casa para morar (esta é uma taxa de risco comparável à da população cigana e de migrantes).

Por todos os desafios que enfrentamos é que é tão importante que exista um movimento inclusivo e revolucionário e que nós enquanto Jovens do Bloco possamos fazer parte dele, tendo um papel ativo na construção de uma política transformadora que combata o sistema capitalista e cisheteropatriarcal que procura continuar a oprimir e invisibilizar-nos. A CNJ tem também esse papel e que junto do GT LGBTQI+ do Bloco de Esquerda procure construir iniciativas em conjunto, construindo um projeto político *queer* transformador para todas, todos e todes.

Bloco ao Ensino Superior e à rua

Aliyah Bhikha, Francisco Vaz, Iara Sobral, Igor Oliveira, Íris Marques, Miguel Martins, Vasco Ruela.

“Uma das grandes alterações verificadas nos últimos 25 anos foi a do aumento notável dos níveis de escolarização. Pode dizer-se que temos hoje um ensino massificado até à Universidade. Mas o país foi incapaz de garantir este crescimento defendendo simultaneamente a qualidade, a escola pública e a gratuidade do ensino como fatores de civilidade.” Este excerto retirado do manifesto fundador do Bloco continua a ser uma representação fidedigna da realidade.

A educação está subfinanciada e sujeita a interesses económicos e de mercado, não escapando aos problemas sociais que a rodeiam, reproduzindo comportamentos discriminatórios, racistas, homofóbicos nas universidades e politécnicos . É urgente a sua mudança e esta passa incontornavelmente por recentrar a educação em quem estuda. Não há mudança para melhor sem discussão e ação coletiva. O Ensino não pode estar circunscrito às várias barreiras socioeconómicas que afastam muitos das estudantes do mesmo. O ensino, as faculdades e escolas são um palco de luta, e onde há luta há Bloco. Aqui não deve ser diferente.

O Ensino Superior e as suas lutas servem de metáfora para tantas outras áreas da sociedade. A Propina depois de ter o seu “fim” anunciado pelo PS revela a sua verdadeira função de servir de barreira socioeconómica à frequência do Ensino Superior e não nos enganemos: vamos continuar a pagar para estudar. A propina sedimenta a ideia de que a educação é um serviço e não um direito, sedimenta a transferência da responsabilidade de financiamento do Estado para o estudante e a sua família. Criando a ilusão de que este ato de pagar para estudar é um investimento individual - de modo a obter futuros melhores empregos e salários - e não coletivo, permitindo que toda a sociedade beneficie dele, encarando a educação como um direito democrático e de valor emancipatório. A luta contra a propina parece ter perdido força e significado para a maior parte dos estudantes, mas os Jovens do Bloco devem reunir esforços de forma a contribuir para a sua reativação. A luta pela abolição da

propina não deve parar no congelamento da propina nos valores em que se encontra, valores esse que a luta do Bloco em muito contribuiu. Devemos voltar e continuar a afirmar: somos estudantes, não somos clientes!

Além da propina o RJIES assenta também numa ideia do estabelecimento de ensino enquanto fábrica de trabalhadores, orientando-se e movendo-se consoante empregabilidade e visões utilitaristas de mercado - nunca priorizando uma educação que assente na criação de conhecimento e para a emancipação. O Regimento Jurídico das Instituições de Ensino Superior afasta os estudantes dos órgãos de gestão e decisão das IES, o RJIES é antidemocrático e, mais uma vez, perpetua a ideia da prestação de um serviço. Temos de partir para as ruas e exigir que este espaço de decisão seja tomado por quem faz o estabelecimento de ensino: os estudantes, o corpo docente e o não docente. A CNJ deve continuar a reunir esforços em torno da desconstrução do RJIES e na tentativa de demonstrar como o mesmo é um instrumento burocrático nefasto para a saúde da democracia no ensino superior. Devemos exigir a Reposição da gestão democrática e paritária das Instituições de Ensino Superior

O Ensino Superior tem como dever a disseminação de conhecimento e servir de motor de desenvolvimento da sociedade que se deseja emancipada. Nós, enquanto estudantes socialistas, devemos opor-nos energeticamente à tendência já antiga de mercantilização do Ensino Superior, do nosso presente e futuro. Não podemos deixar que os IES se transformem em *schools of something* que em bom português são apenas escolas de elite e fábricas de trabalhadores precários.

Estes problemas que já são temas recorrentes, como a propina, o RJIES, os regimes fundacionais, entre outros, fazem-se acompanhar de outros que se agravam agora com o aumento do custo de vida e com mais uma crise nas nossas vidas. A habitação estudantil encontra-se num momento de rutura, a crise da habitação é agora um tema central na mobilização dos estudantes, assim como contribui bastante para o altear da barreira entre os estudantes e a frequência e conclusão do Ensino Superior.

A CNJ tem a obrigação de continuar a debruçar-se sobre as reivindicações de aumento da despesa com a ação social, seja ela direta ou indireta. A ação social

deveria mitigar os custos associados ao Ensino Superior, nomeadamente o da habitação e da alimentação. Nas primeiras semanas deste ano letivo a maior parte das IES foi surpreendida pelo aumento do custo da refeição social das suas cantinas. A cada aumento ouvimos as justificações de sempre: este aumento irá melhorar as condições. Devemos afirmar, com toda a razão que do nosso lado habita, que tal justificação é falaciosa. O subfinanciamento dos IES e da Ação Social não se soluciona com a transferência de responsabilidades do Estado para as Estudantes.

Faltam camas, faltam residências e sobram promessas da maioria absoluta do PS. Continuamos à espera das 12 mil camas prometidas, que entretanto já nos foi dito que não era uma promessa a cumprir pelo Primeiro-ministro. Este ano 10% dos estudantes deslocados não concretizaram a sua matrícula, isto no ano em que o preço médio da habitação estudantil ascendeu a um valor em média 10% superior que o do ano passado. Mesmo assim nenhuma das 12 mil camas prometidas em 2019 foi concretizada. Continuamos com uma das menores ofertas públicas de alojamento estudantil da União Europeia.

Motivos não faltam aos estudantes para sair à rua, e motivos não existem para que o Bloco não saia ao lado deles, apoiando a sua luta, trabalhando para que a comunidade estudantil se apresente organizada e unida. A CNJ deve concretizar a sua função de organizar e apoiar o ativismo dos militantes juntos das comunidades estudantis. Devemos concentrar esforços na organização e reerguer do ativismo estudantil no seio do Bloco de Esquerda. Partir para as IES e para a rua mais organizadas que nunca.



CONTACTOS

Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Jovens

cocjovens@bloco.org | João Carvalho 910 267 502

Transportes

Duarte Graça 926 422 983 | Rodrigo Sousa 911 772 562

Alojamento

Beatriz Pedroso 918 320 559 | Beatriz Realinho 968 619 879